



1 **ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 10-07-14, REFERENTE À**
2 **APRESENTAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE IMPACTO AMBIENTAL PARA**
3 **LICENCIAMENTO AMBIENTAL DAS PEQUENAS CENTRAIS**
4 **HIDRELÉTRICAS (PCHS) FOZ DO SAIJU E BARRA DO JAGUARI DA**
5 **EMPRESA SIGMA ENERGIA S.A. EM AMAMBAI-MS.**

6
7
8
9
10
11 Aos dez dias do mês de julho de 2014, às dezenove horas, no Alphaville Club II, em
12 AMAMBAI-MS, foi realizada a Audiência Pública referente à apresentação dos
13 Relatórios de Impacto Ambiental - RIMA para licenciamento ambiental das Pequenas
14 Centrais Hidrelétricas (PCHS) Foz do Saiju e Barra do Jaguari da Empresa Sigma
15 Energia S.A., em Amambai - MS. Os participantes da Audiência Pública assinaram a
16 Folha de Presença que vai anexa a esta ata. **Com a palavra o Sr. Josiel Quintino dos**
17 **Santos, da América Eventos, mestre de cerimonia** iniciou cumprimentando a todos e
18 em nome do Secretário de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e
19 Tecnologia – Semac e do Instituto de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul
20 – Imasul, disse que tinham a honra de receber a todos para a audiência pública de
21 apresentação do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA referente ao licenciamento
22 ambiental das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs): PCH FOZ DO SAIJU E PCH
23 BARRA DO JAGUARI da empresa Sigma Energia S.A. e cuja audiência será composta
24 por dois blocos: No primeiro, apresentarão os Relatórios de Impacto Ambiental e após
25 um breve intervalo, no segundo bloco, realizarão os debates. Para presidir a mesa
26 diretora da Audiência Pública convidou o Sr. Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico da
27 Diretoria de Desenvolvimento do Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul -
28 Imasul, neste ato representando o Secretário de Estado de Meio Ambiente, do
29 Planejamento, da Ciência e Tecnologia, Sr. Carlos Alberto Negreiros Said Menezes.
30 Para compor a mesa diretora convidou as seguintes autoridades: o Prefeito Municipal de
31 Amambai, Sr. Sérgio Barbosa; o Presidente da Câmara Municipal de Amambai, Sr.
32 Robertino Dias; o Sr. Lorivaldo Antonio de Paula, Gerente de Desenvolvimento do
33 IMASUL; o Sr. Alexandre Oliveira, Gerente de Implantação da Sigma Energia S.A.; a
34 Sra. Ariane Miranda, representante do Dr. Luís Eduardo Sant'Anna, da Promotoria de
35 Justiça do Meio Ambiente do Ministério Público; o Sr. Eteocles Brito Junior, Promotor
36 de Justiça de Amambai; o Sr. José Milton Longo, Diretor Técnico da Fibracon –
37 Consultoria, Perícias e Projetos Ambientais; o Sr. Diogo Peixoto, Presidente do
38 Sindicato Rural de Amambai. Após houve a execução do Hino Nacional Brasileiro. Em
39 continuação, registrou e agradeceu a presença das seguintes autoridades que se fizeram
40 anunciar: Os Vereadores da Câmara Municipal de Amambai: Sr. Roberto Peres, Sr.
41 Fernando Fischer, Sr. Ailton Salgado, Sr. Ilzo Victor Arce Vieira, Sr. Roberto Protético
42 e Sr. Valter Brito; anunciou ainda a presença dos Secretários: Sr. Jodeilton da Silva
43 Amaral, Secretário de Agricultura de Amambai; Sra. Vânia Farias Giardulo, Secretária
44 de Meio Ambiente de Amambai; Sr. Odil Puques, Secretário de Administração de
45 Amambai; Sr. Rodrigo Selhorst, Secretário de Indústria e Comércio de Amambai; Sr.



46 Antônio Maran, Presidente do Sindicato Rural de Caarapó; Sr. Luís de Almeida
47 Miranda, Vereador do Município de Caarapó; Sr. Ernani da Silva Agostini, Diretor
48 Secretário da COPESA; Sr. Josué Carlos de Barros, Secretário de habitação do
49 Município de Amambai; Sr. Luís Carlos Nunes, Presidente da Cooperativa de
50 Agricultura e Pecuária de Amambai; Sr. Azor de Assis, Presidente da Associação
51 Comercial e Industrial de Amambai; Sra. Keli Regina Vieira, Professora da
52 Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS; Sr. Genésio Barbosa da Silva,
53 Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Amambai; Sra. Zélia Rodrigues
54 Boss, Gestora da Coordenadoria da Mulher; Senhor Jorge Pereira da Silva, da FUNAI
55 de Amambai; Srta. Karen Cardoso, Engenheira de Desenvolvimento da Omega Energia
56 Renovável S.A., responsável pelos projetos da PCH Foz do Saiju e Barra do Jaguari;
57 Sra. Loretta Portofé de Melo, Gerente de Meio Ambiente da Omega Energia; Sr. José
58 Carlos Chaves dos Santos, Diretor Técnico da Fibracon. Convidou o Sr. Pedro Mendes
59 Neto, presidente da mesa diretora da Audiência Pública para as palavras de abertura e
60 apresentação de suas normas. **Com a palavra o Sr. Pedro Mendes Neto, Assessor**
61 **Jurídico do Imasul** iniciou cumprimentando a todos, ao Prefeito Sérgio Barbosa, e em
62 seu nome as autoridades da mesa; ao Vereador Roberto Dias, Presidente da Câmara
63 Municipal e em seu nome cumprimentando toda a população de Amambai que atendeu
64 ao convite para a Audiência, Amambai e região, em nome do Secretário de Estado de
65 Meio Ambiente, Planejamento, Ciência e Tecnologia, Carlos Alberto Negreiros Said
66 Menezes, declarou aberta a audiência pública que visa apresentar o empreendimento e
67 os Relatórios de Impacto Ambiental referente às PCH Foz do Saiju e PCH Barra do
68 Jaguari, que se encontram em procedimento de Licenciamento Ambiental junto ao
69 Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - Imasul. Disse que iria corrigir
70 algumas falhas que houve em duas outras audiências realizadas a cerca desses
71 empreendimentos, no município de Laguna Carapã e Caarapó, onde inicialmente só fez
72 menção às necessidades de elaboração do Estudo de Impacto Ambiental, presentes na
73 norma de licenciamento do Estado de Mato Grosso do Sul, fará brevemente uma
74 exposição à cerca do contexto do Licenciamento Ambiental, elemento ou instrumento
75 presente na lei na Política Nacional do Meio Ambiente, Lei 6.938 de 1981, esse
76 licenciamento quando destinado a grandes empreendimentos ou empreendimentos
77 utilizadores de recursos ambientais com significativo impacto. Eles pressupõem-se à
78 realização de Avaliação de Impacto Ambiental, outro instrumento presente no artigo 9º
79 da lei da Política Nacional do Meio Ambiente, o Conselho Nacional do Meio Ambiente,
80 a quem é conferido o poder para normatizar as questões relativas ao Meio Ambiente,
81 normas e procedimentos padrões, através da Resolução nº. 01 de 1986 publicou a
82 necessidade de que para a realização dessa Avaliação de Impacto Ambiental fosse
83 realizado o Estudo de Impacto Ambiental e o seu Relatório de Impacto Ambiental, um
84 documento mais sucinto, um linguajar menos técnico de acesso mais fácil às
85 comunidades, também a Resolução nº 6 do Conama, do mesmo Conselho Nacional do
86 Meio Ambiente, determinou a forma de publicidade inicial do Processo de
87 Licenciamento Ambiental, então essa Resolução nº. 6 traz os modelos de publicação
88 que devem ser utilizados antes da solicitação da Licença Ambiental. Esses modelos são
89 copiados em todos os órgãos ambientais e seguidos à risca no país inteiro, já a audiência
90 pública é normatizada pela Resolução nº. 9 do próprio Conselho Nacional do Meio



91 Ambiente, que estabelece a necessidade de que o órgão ambiental uma vez recebendo o
92 pedido de licença ambiental para esses empreendimentos que necessitam do
93 EIA/RIMA, o órgão ambiental faça publicidade de que este EIA/RIMA foi protocolado
94 e disponibilize o relatório de Impacto Ambiental a sociedade pelo prazo de 45 dias para
95 que nesse período seja solicitada a Audiência por representantes da comunidade, por
96 representantes do Ministério Público ou autoridade da área de influência do
97 empreendimento. Feitos esses breves esclarecimentos, disse que é importante informar
98 que em julho de 2013, mais precisamente no dia 18 de julho, a empresa que hora será
99 apresentada, fez o protocolo do pedido de licença prévia junto ao Imasul, acompanhado
100 do respectivo EIA/RIMA, sendo o protocolo feito no dia 04 de abril de 2013. Em 18 de
101 abril foi colocada no diário oficial, no site do Imasul, a disponibilização do RIMA e
102 abertura do prazo de 45 dias para solicitação das audiências. Esclareceu que nenhum
103 tipo de solicitação de audiência foi encaminhado ao Imasul nesse período. O próprio
104 Estado a pedido da empresa, cujo ofício tinha em mãos, agora datado de 14 de março de
105 2014, que decidiu pela realização de audiências, sem que houvesse, repetiu, solicitação
106 por parte da comunidade, do Ministério Público ou de autoridade local, a decisão foi
107 estatal, e como verã da própria Resolução Sema nº. 4 de 89 que regulamenta no Estado
108 a realização de Audiência, ela não é de caráter obrigatório se não for solicitada nos
109 moldes da Resolução Conama nº. 9. Sendo requisitada torna-se obrigatória, se não for
110 não é obrigatória de realização. Estão cumprindo ali, uma necessidade vista pela própria
111 empresa e pelo Estado, de partilhar com todos as informações necessárias ao bom
112 andamento do licenciamento ambiental. Agradeceu. Frisou, ainda, que a audiência não é
113 deliberativa, é contributiva para o processo de licenciamento. Tudo aquilo que é trazido
114 na audiência vai para o processo do licenciamento, passará pela análise de uma equipe
115 multidisciplinar que salvo engano tem no mínimo onze pessoas dentro do IMASUL,
116 efetuando a análise do que foi apresentado durante todo o processo do licenciamento,
117 inclusive audiência, confrontando com as informações já prestadas pelo empreendedor,
118 pela equipe que elaborou o relatório de Impacto Ambiental, de forma a decidir pela
119 forma de licenciamento e por todas as condicionantes que virão dentro da Licença
120 Prévia e a licença prévia também não autoriza a instalação, vai haver necessidade de
121 todo o cumprimento daquela série, nas várias condicionantes colocadas para só então o
122 empreendedor poder solicitar a licença de instalação e também se for o caso sairá com
123 várias condicionantes. Há quem venda a ideia da necessidade de Avaliações Ambientais
124 Estratégicas ou Avaliações Ambientais Integradas, como sendo reflexo do artigo 9º da
125 Política Nacional do Meio Ambiente. É uma ideia corrente no país, é uma ideia
126 acadêmica, alguns estudos desse gênero já foram realizados, inclusive no Estado de
127 Mato Grosso do Sul, mas não constam de nenhuma norma tornando-os obrigatórios e o
128 Estado somente faz aquilo que lhe é permitido fazer, por isso, pedem somente o
129 EIA/RIMA. O caso da Avaliação Ambiental estratégica ou Integrada que foi realizado
130 no Estado, também se referia ao setor energético, foi feito na Bacia do Rio Verde e por
131 um consenso entre empreendedores, eram lá 07 potenciais hidrelétricos,
132 empreendedores, Estado e União através da empresa de pesquisa energética que é ligada
133 à Agência Nacional de Energia Elétrica, por sua vez é órgão do Ministério das Minas e
134 Energia. Então praticamente todas as Avaliações Ambientais Estratégicas do setor
135 elétrico realizadas no país tiveram um acordo e a participação direta dessa empresa



136 chamada Epe do Ministério das Minas e Energia. Importante seria sim a realização de
137 algo do gênero para região, só que o destinatário desse pedido, o destinatário desse
138 acordo a ser chamado para a questão é o próprio Ministério das Minas e Energia.
139 Conclamou, inclusive, que a eles sejam dirigidas as referências, as ponderações, para
140 que via a empresa de pesquisa energética que faz os levantamentos dos potenciais
141 hidráulicos e a partição de quedas dos rios distribuirão os melhores aproveitamentos,
142 que eles também promovam por si já essas avaliações para balizar inclusive todo o
143 trabalho que venha para o futuro, por fim, no tocante a esse assunto, afirmou que em
144 nenhum dos casos de Avaliação Ambiental estratégica, já realizados no País deixaram
145 de efetivar a implantação de qualquer empreendimento, porque ele simplesmente vai
146 trazer novas condicionantes para os empreendimentos. Ele não estabelece a
147 possibilidade de não realização. Ele traz propostas mais gravosas ao empreendedor e
148 que assumidas serão realizadas e o empreendimento sairá de qualquer forma. Então,
149 pediu que não tivesse nessa avaliação ambiental estratégica a salvação para não
150 realização de qualquer tipo de empreendimento, seja do setor elétrico ou não. Feitas
151 essas considerações iniciais passou então a leitura dos principais tópicos da Resolução
152 Sema nº. 4 de 1989, que regula a realização das Audiências Públicas no Estado de Mato
153 Grosso do Sul. *Audiências Públicas Ambientais, Resolução Sema nº. 4/89 de 18 de*
154 *julho de 89 disciplina a realização de Audiências Públicas no processo do*
155 *licenciamento de atividades potencialmente poluidoras. As atividades dos*
156 *empreendimentos que no processo do licenciamento estiverem sujeitas à apresentação*
157 *do estudo de impactos ambientais e relatório do impacto ambiental, poderão estar*
158 *submetidos à realização de audiências públicas. A audiência tem como objetivo*
159 *divulgar informações, recolher opiniões, críticas e sugestões de segmentos da*
160 *população interessada na implantação de determinados empreendimentos utilizadores*
161 *de recursos ambientais ou modificadores do meio ambiente, com o fim de subsidiar a*
162 *decisão quanto ao seu licenciamento ambiental. Além do mediador e do secretário da*
163 *mesa, comporão a mesa de trabalhos representantes do empreendedor, da equipe*
164 *multidisciplinar que elaborou relatório de impacto ambiental e secretaria de estado de*
165 *meio ambiente. Podendo ser convidados a integrar a mesa autoridades municipais da*
166 *área de influência do empreendimento. A função do mediador será exercida pelo*
167 *Secretário de Estado ou seu representante. A convocação da Audiência será publicada*
168 *no Diário Oficial do Estado, em jornal de grande circulação no local onde será*
169 *realizada com antecedência mínima de 05 dias. Iniciada a audiência o mediador*
170 *exporá as regras a qual esta se processará, passando a palavra aos representantes do*
171 *empreendedor para apresentação do projeto pelo período de 20 minutos, seguindo-se a*
172 *apresentação do relatório de impacto ambiental pelo representante da equipe*
173 *multidisciplinar que o elaborou, não podendo ultrapassar 30 minutos. Será distribuído*
174 *aos presentes folheto explicativo do procedimento, listando os principais impactos*
175 *ambientais do projeto em análise e as medidas mitigadoras preconizadas. Terminadas*
176 *as apresentações, o mediador anunciará o intervalo de 15 minutos onde possibilitará*
177 *ao secretário da mesa acolher às perguntas para participação no debate. Os*
178 *participantes poderão formular questões a mesa através do preenchimento de*
179 *formulário próprio com devida identificação, clareza e objetividade. O tempo destinado*
180 *aos debates será a soma dos tempos fixados no artigo 8º, coordenado pelo mediador*



181 *deverá levar em conta o número de perguntas, duração da sessão e o tempo necessário*
182 *ao esclarecimento das questões levantadas, cabendo-lhe o direito de prorrogar a*
183 *sessão por mais 01 hora ou convocar nova e 2ª audiência no prazo de 01 semana.*
184 *Encerrada a reunião o Secretário providenciará a lavratura da ata que ficará à*
185 *disposição dos interessados no departamento de licenciamento.* Feitos esses destaques,
186 lembrou de que, todos receberam, o folder explicativo da Audiência conforme a
187 resolução indica e um exemplar da ficha de perguntas, podendo ao longo da reunião e
188 na hora do intervalo, mesmo durante o debate serem solicitadas outras fichas às pessoas
189 do cerimonial. Seria importante inclusive que cada ficha fosse usada para uma única
190 pergunta para facilitar a organização por assuntos que favorecem a dinâmica do debate.
191 Solicitou que todos deixassem os celulares desligados ou no modo silencioso. O Estado
192 normalmente participa na forma de mediador da Audiência, não sendo a ele dirigidos
193 questionamentos, e conforme já bastante divulgado e que aconteceu no município de
194 Caarapó, documentos a serem apresentados durante a Audiência serão recebidos
195 protocolados e encaminhados ao processo do licenciamento na forma oficial. Solicitou
196 também a todos que mantenham o local tão limpo quanto o recebeu até ao final da
197 Audiência. Restituiu a palavra ao cerimonial para condução dos trabalhos. **Com a**
198 **palavra o Sr. Josiel Quintino dos Santos, da América Eventos, mestre de**
199 **cerimonia**, convidou, para fazer o uso da palavra, o Sr. Alexandre Oliveira, Gerente de
200 Implantação da Sigma Energia S.A. **Com a palavra o Sr. Alexandre Oliveira,**
201 **Gerente de Implantação da Sigma Energia S.A.** iniciou cumprimentando a todos, se
202 identificando, e agradeceu a presença dos membros da mesa, do Prefeito, Presidente da
203 Câmara, Vereadores, dos Promotores presentes, membros de entidade de classe, da
204 população. Disse que é muito importante que estejam ali para colocar todos os
205 questionamentos que têm quanto ao empreendimento e gostaria de reiterar uma
206 colocação feita pelo Sr. Pedro, que é o motivo pelo qual a Sigma protocolou o pedido de
207 Audiência Pública, além de trazer elucidações para todos. Por que não compreendem,
208 em todos os lugares onde implantaram o empreendimento, de que não estão ali
209 simplesmente para construir algo. Estão pedindo licença para serem parceiros e
210 vizinhos, então a ideia, efetivamente, é colocar todas as questões que todos têm, e
211 tentará responder a todas, e caso tenha alguma que não venha ter a resposta de imediato,
212 por motivo às vezes técnico, solicitou, colocarem o seu e-mail, um contato e isso pode
213 ser colocado depois em ata no futuro e anexado ao processo. Novamente agradeceu a
214 presença de todos, desejando boa noite e bom debate. **Com a palavra o Sr. Josiel**
215 **Quintino dos Santos, da América Eventos, mestre de cerimonia** convidou o Sr.
216 Lorivaldo Antônio de Paula, Gerente de Desenvolvimento do Imasul para fazer o uso da
217 palavra. **Com a palavra o Sr. Lorivaldo Antonio de Paula, Gerente de**
218 **Desenvolvimento do Imasul** iniciou cumprimentando a todos e a todas, especialmente
219 o Prefeito Sergio Barbosa, e em seu nome cumprimentou toda à população de Amambai
220 que respondeu ao chamamento da convocação para a Audiência Pública, cumprimentou
221 o Vereador Roberto Dias, Presidente da Câmara, e em seu nome estendeu o
222 cumprimento a toda a Câmara de Vereadores de Amambai. Cumprimentou o
223 coordenador dos trabalhos, advogado Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico da
224 Diretoria de Desenvolvimento que recebeu a honrosa incumbência do Secretário de
225 Meio Ambiente do Estado, de conduzir audiências públicas, momento vital e muito



226 importante num processo de licenciamento de atividades que exijam estudos de impacto
227 ambiental. Cumprimentou o promotor, doutor Eteocles e a doutora Ariane,
228 representantes do Ministério Público, que tem sido um parceiro do órgão ambiental do
229 Estado, incansável por intermédio da doutora Marigot, que tem feito um trabalho
230 bastante laborioso em prol da gestão ambiental no Estado. Cumprimentou os
231 representantes da empresa Sigma, o gerente Alexandre Oliveira, e por último, não de
232 propósito, mas pela importância da discussão, o Sr. Diogo Peixoto, Presidente do
233 Sindicato Rural de Amambai, na pessoa de quem saúda a todos os produtores rurais e as
234 pessoas que contribuem de maneira significativa para o desenvolvimento econômico do
235 Município, que tem na atividade do Agronegócio um alicerce bastante forte no seu
236 processo econômico. Esclareceu que o processo de mobilização da Audiência Pública
237 passa por um processo além do atendimento a resolução 04 do Imasul, da Semac,
238 também passa por um processo de divulgação, de fazer chegar às pessoas a informação
239 da realização da Audiência Pública. E em nome do Diretor Roberto Ricardo Machado
240 Gonçalves, agradeceu o trabalho laborioso da equipe de educação ambiental do Imasul,
241 representada pela Andréa Carvalho e pela Heloisa Vasconcelos que contribuíram de
242 maneira significativa para que as pessoas atendessem a esse chamamento e numa noite
243 de frio de quinta-feira viessem ali para discutir um empreendimento que em sendo
244 implantado, vai ter impactos positivos e negativos conforme está no folder. E esse
245 processo de discussão é fundamental para que as pessoas tenham oportunidade de
246 questionar o empreendedor, de questionar inclusive a viabilidade técnica social e
247 econômica do empreendimento para que dentro desse processo, embora não seja
248 deliberativa, certamente muitas argumentações no caso de emissão da licença prévia do
249 empreendimento, comporão a lista de atividades e de condicionantes da licença
250 ambiental. Parece pouco, muitas vezes o que se pretende é que ela seja deliberativa e
251 que proíba ou delibere, pela concessão ou não do empreendimento, só que seria um
252 aviltamento de função. A função é de órgão integrante do Sisnama, a eles competem os
253 licenciamentos ambientais. Em nível nacional o instituto Chico Mendes, em nível
254 estadual a Secretaria de Estado e Meio Ambiente e em nível municipal, o órgão
255 municipal responsável pela gestão ambiental e aqui no caso de Amambai a Secretaria de
256 Meio Ambiente que tem a competência de fazer o licenciamento de atividades de
257 impacto local, por intermédio de um termo de cooperação firmado com a Semac e com
258 o Imasul. Encerrando desejou a todos, um bom debate, uma boa argumentação, nos
259 níveis razoáveis de civilidade de discussão ética, de confronto de ideias, e que os
260 resultados sejam consignados pela Semac e possam então ser discutidos pela equipe de
261 análise de EIA/RIMA do IMASUL. Finalizou agradecendo e desejando uma boa noite a
262 todos. **Com a palavra o Sr. Josiel Quintino dos Santos, da América Eventos, mestre**
263 **de cerimonia** convidou, para fazer uso da palavra, a Srta. Ariane Miranda,
264 representante do doutor Luiz Eduardo Santana Pinheiro, da promotoria de Justiça de
265 Meio Ambiente do Ministério Público de Amambai. **Com a palavra a Srta. Ariane**
266 **Miranda, Representante do Doutor Luiz Eduardo Sant’anna Pinheiro, Promotoria**
267 **de Justiça de Meio Ambiente do Ministério Público Estadual** iniciou
268 cumprimentando a todos, aos componentes da Mesa e especialmente aos fazendeiros
269 que estão junto do Ministério Público, trabalhando em cima de um projeto muito
270 importante para salvação do Rio Amambai que tem sido poluído há uma grande



271 quantidade de tempo. Tinha, em mãos, o mapa de todos os fazendeiros que margeiam o
272 Rio Amambai, e disse que na verdade o Ministério Público tem sido um parceiro
273 daqueles fazendeiros que os tem procurado, buscando atendê-los e convidou a todos
274 para que se dirijam a sede do Ministério Público, em Amambai, para se inteirarem do
275 projeto Rio Amambai, principalmente aqueles fazendeiros que receberão algumas
276 convocações no decorrer da semana, por que na verdade o Ministério Público não está
277 ali para atrapalhar projeto, tampouco a atividade empreendedora de ninguém, só que a
278 Constituição Federal deu essa atribuição institucional ao Ministério Público de proteção
279 ao meio ambiente e disse que, juntos precisam se aliar para salvação do Rio Amambai,
280 para as presentes gerações poderem estar assim explorando suas atividades,
281 preservando-as também para as futuras. Encerrando agradeceu desejando um bom
282 debate a todos. **Com a palavra o Sr. Josiel Quintino dos Santos, da América**
283 **Eventos, mestre de cerimonia** convidou, para fazer uso da palavra, o senhor Diogo
284 Peixoto, Presidente do Sindicato Rural de Amambai. **Com a palavra o Senhor Diogo**
285 **Peixoto, Presidente do Sindicato Rural de Amambai** cumprimentou a todos, à Mesa,
286 ao Assessor Jurídico do Imasul, Pedro Mendes Neto, Prefeito Sérgio Barbosa,
287 Robertinho Dias, Lorivaldo Antonio, Alexandre Oliveira, Ariane Miranda, Eteocles, ao
288 promotor, José Milton, ali na Mesa, a todos os produtores rurais e a todos os
289 representantes de Amambai. Iniciou informando que o Sindicato Rural, reuniu-se
290 segunda-feira próxima passada, leram o RIMA por completo e tomaram a atitude de
291 serem contra a instalação das duas PCHs no Município. Na leitura, particularmente, leu
292 os dois RIMAS que é em Jaguari e outra do Saiju, e lhe despertou tantas dúvidas e
293 tantas perguntas, e só, por isso, que no começo ali, conversando com o Sr. Pedro, se
294 poderia estar explanando algumas ideias. Já no começo da leitura de Jaguari que terá
295 uma área alagada de 1200 hectares, no primeiro gráfico, encontrou um erro, e lá está
296 escrito erro, que a chuva acumulada no ano 2012, choveu até o mês de agosto, os meses
297 de setembro, outubro, novembro e dezembro não choveu. Isso está claro e notório para
298 quem quiser ver lá e isso estava no Saiju e no Jaguari, e outras questões, tendo
299 observado que no relatório dos peixes, não foi citado, pacu, pintado, dourado e nem
300 mesmo falaram dos lambaris. E isso está lá. Disse que gostaria de saber, como é um
301 projeto sintético, um relatório sintético, muito resumido: quantos peixes sobem a
302 piracema, a quantidade? Isso não fala em nenhum momento se fica sabendo a
303 quantidade de dourados, pintados, que sobem, e com a construção dessas duas PCHs,
304 perderão o ciclo da piracema, ocorrendo perdas de estoques pesqueiros. E nesses
305 estoques pesqueiros, como serão feitas as medidas mitigadoras para a recomposição dos
306 estoques pesqueiros? Serão soltos alevinos, ovos? Nada sobre isso. Sobre a flora, lá tem
307 peroba, aroeira e são árvores em extinção. Com risco de extinção. Os produtores rurais
308 quando fazem uma abertura de área na fazenda, para uma lavoura que seria derrubada
309 de árvores isoladas, não podem derrubar esse tipo de árvore, em hipótese alguma, é
310 crime ambiental, agora uma usina vai poder derrubar perobas, aroeiras. Isso pode? São
311 perguntas que lhe fizeram. Perderão áreas importantíssimas do meio ambiente. Também
312 a questão das pontes, como vai ter o alagamento de 1200 hectares e outra de 800
313 hectares, o rio vai subir. E como ficam as pontes rio acima, em casos de chuvas fortes?
314 Perguntou se vai passar? Chegará a subir até o nível da ponte? E quem vai ficar
315 responsável, no caso dessa derrubada das pontes? Será a Prefeitura ou a Empresa que



316 construiu? São questões que vieram à tona, é muito preocupante. Com relação, como
317 foi muito detalhista, citou as relações das referências bibliográficas, foram em torno de,
318 se não se engana, vinte e quatro ou vinte e cinco referências bibliográficas, citadas ali,
319 parecer técnico. E dessas, só cinco referências bibliográficas eram de estudos feitos na
320 região local ou do Estado. Há referências bibliográficas do rio Amazonas, do rio São
321 Francisco e muito pouco falaram da Bacia do rio Paraná e para todos que não sabem, o
322 rio Amambai é afluente do rio Paraná e é outro bioma, lá não tem nada a ver com o
323 bioma referido, também tem fragmentos da mata atlântica. Então são vários, e vários
324 questionamentos que vieram à tona. Disse que não iria estender ainda mais a questão,
325 mas a posição deles, como produtores rurais é radicalmente contra e não aceitarão,
326 dentro das suas forças que a instalação das usinas seja feita no seu Município. E mais,
327 quanto ao produtor rural, ele vai perder reserva de APP? Hoje na nova legislação, ele
328 vai poder ser somado na reserva legal. E o produtor rural, por exemplo, se ele tiver mil
329 hectares, perderá quatrocentos hectares de APP reserva, vai sobrar seiscentos hectares e
330 cujos são de área de produção, então terá que perder APP e ainda em cima de uma área
331 de produção, fazer reserva legal de novo e isso os produtores rurais, tem que estar
332 atentos na negociação, se por acaso houver, por que estarão vendendo APP, mas estarão
333 se desfazendo de área produtiva para fazer uma reserva legal. Agradeceu a todos, e
334 frisou que essa é uma explanação do sindicato rural. **Com a palavra o Sr. Josiel**
335 **Quintino dos Santos, da América Eventos, mestre de cerimonia** convidou, o
336 Presidente da Câmara Municipal de Amambai, o Sr. Robertino Dias para fazer uso da
337 palavra. **Com a palavra o Sr. Robertino Dias, Presidente da Câmara Municipal de**
338 **Amambai** iniciou cumprimentando a todos, e em nome de toda a população,
339 representando o município de Amambai e também os municípios ali da região do cone
340 sul, do Estado de Mato Grosso do Sul, cumprimentando, especialmente, todos os
341 componentes da Mesa, os vereadores do município de Amambai, também de outros
342 municípios que se faziam presentes, os secretários municipais ali presentes, a Secretaria
343 de Meio Ambiente do Município, que terá com certeza papel de uma fundamental
344 importância para o desenvolvimento dessa ação que estão realizando, referindo-se a
345 audiência pública no seu Município. Dirigiu-se a Promotoria pública, dizendo que Eles,
346 da Câmara Municipal de Vereadores de Amambai, são parceiros da população de
347 Amambai. Aquilo que for de interesse da sociedade do seu Município para gerar
348 emprego e gerar renda, com certeza estará junto, mas aquilo que não for a contento da
349 população, Eles também estarão juntos com a população. Por que esse é o dever do
350 Vereador, pois foram eleitos para representar a população. Também disse a todos os
351 componentes da Mesa que a Câmara Municipal está à disposição. Depois da Audiência
352 Pública, aqueles que reivindicarem alguma coisa poderão ser encaminhados para Eles,
353 que encaminharão também para os órgãos competentes do Estado ou das empresas
354 envolvidas, dizer que é importante, porque vivem num país democrático. Hoje veem
355 que em torno de mil e duzentos hectares é uma usina e mais oitocentos hectares é outra
356 usina, que serão desapropriadas. Mas precisam ver, citando que o Presidente do
357 Sindicato Rural foi bem enfático quando colocou todos os questionamentos, e esse é um
358 momento importante para dirigirem esses questionamentos para que haja uma audiência
359 pública de maneira correta, de maneira eficaz, que estarão com certeza contribuindo
360 com o Município de Amambai e contribuindo também com o Estado do Mato Grosso



361 do Sul para que seja feita as coisas corretas. Então disse a todos, que os vereadores
362 estarão à disposição da população para as reivindicações que forem necessárias e
363 também naquela data para que façam uma Audiência Pública que chegue ao
364 conhecimento de todos ali presentes, a sociedade está ali toda representada, as
365 entidades, clubes de serviços estão ali representados, então é importante porque a
366 sociedade de Amambai está naquela noite presente. Encerrou agradecendo. **Com a**
367 **palavra o Sr. Josiel Quintino dos Santos, da América Eventos, mestre de cerimonia**
368 convidou o senhor Eteocles Brito Junior, Promotor de Justiça de Amambai para fazer
369 uso da palavra. **Com a palavra o Sr. Eteocles Brito Júnior, Promotor de Justiça de**
370 **Amambai** iniciou cumprimentando a todos e disse que é um prazer estar ali presente,
371 que quem lhe conhece, conhece as duas atribuições da Promotoria, e provavelmente
372 deve estar se perguntando o que é que Ele está fazendo ali, o doutor Luiz Eduardo saiu
373 de férias e Ele o está substituindo legalmente nas duas promotorias, inclusive na
374 Promotoria do Meio Ambiente. Mas embora não seja o promotor titular do Meio
375 Ambiente da comarca, lhe compete por força de lei substituir o colega, sempre em caso
376 de impedimento, e também lhe compete a sua experiência, bem ou mal, passou seis
377 anos, dos seus dez anos de Ministério Público, como Promotor do Meio Ambiente nas
378 cidades de Eldorado e Chapadão do Sul. E da mesma forma que foi colocado ali,
379 percebeu que não é uma novela que vai terminar hoje. E muito pelo contrário, veem que
380 é o primeiro passo de uma série de situações e uma série de indagações que a
381 Promotoria Pública trouxe. Uma pena que não será possível fazer todas e ao longo do
382 procedimento, até por que chegou ali e tomou conhecimento do que aconteceu em
383 tempo relativamente curto, correu atrás, conversou com um colega de Caarapó, onde
384 teve Audiência Pública. Foi uma Audiência Pública com resultados conturbados, a
385 maioria dos presentes já deve estar sabendo disso e aí acionaram a equipe de apoio, e
386 comentou que foi uma sorte que a equipe do doutor Luiz é uma equipe muito boa, e eis
387 a necessidade da presença da Sra. Ariane ali. Ela também tem muita experiência na área
388 do meio ambiente, trabalhou em Ponta Porã, trabalhou na assessoria especial da
389 Procuradoria em Campo Grande, então ela também é uma conhecedora da matéria.
390 Fizeram o estudo ao longo da semana, do Relatório de Impacto Ambiental e da mesma
391 forma que o Sindicato Rural mencionou, constataram também, uma série de, no
392 mínimo, inconsistências, cujas marcaram com papelzinho laranja, as páginas que
393 entenderam que precisavam pelo menos de esclarecimentos ao longo desse evento. E
394 uma coisa que lhe chamou muita atenção foi o levantamento de campo que foi feito, nas
395 três usinas, e engraçado, que olhando ali, por exemplo, só para citar um exemplo, por
396 que essa situação se repete ao longo do estudo, então não citou todas elas, até para não
397 correr o risco de ser repetitivo ou cansativo e tomar o tempo do Empreendimento. Mas
398 ali na PCH de Bela Vista que é no município de Laguna Carapã, nas folhas 159, a figura
399 22 é um anfíbio, registrado durante o levantamento da herpetofauna da PCH Bela Vista
400 do Rio Amambai, o que lhe chamou a atenção, é que esse mesmo sapo aparece na PCH
401 Barra do Jaguari, as folhas 168, anfíbio registrado na herpetofauna da barra do Jaguari,
402 parece que o mesmo sapo parece que passou um bom caminho, para aparecer nas duas
403 fotos, e no terceiro RIMA ali da foto, do Saiju, página 57, mais uma vez o mesmo sapo
404 aparece, mais uma vez durante o levantamento da herpetofauna do barra do PCH do
405 Saiju. Então o mínimo que podem trazer dessas circunstâncias é, a pessoa que fez o



406 levantamento de campo não fez todo o levantamento de campo, ou não fez direito, e
407 esse problema ele se repete em algumas outras fotografias, e disse que a ponderação do
408 doutor Arthur lá de Caarapó, muito pertinente, embora não haja, mas não há uma
409 previsão legal específica para esse outro estudo mais complexo que o doutor Arthur
410 mencionou na Audiência de Caarapó, pode até não ter, mas têm a Constituição Federal,
411 que no artigo 225, determina a proteção do meio ambiente, e pensa que por uma questão
412 de proporcionalidade que também está implícita no ordenamento jurídico
413 constitucional, por força da presença do Estado democrático de direito, que se o
414 empreendimento é incomum e ele é complexo, nada mais razoável de haver um estudo
415 mais complexo para avaliar realmente todas as possibilidades de evitarem os impactos
416 ambientais e evitar causar alguma tragédia que depois seja irreversível. É essa que é a
417 principal preocupação. Então não veem assim num primeiro momento algum
418 impedimento para um estudo mais detalhado da forma como foi colocada na cidade de
419 Caarapó e têm uma série de outras indagações, que estão protocolando nessa
420 oportunidade que inclusive levantam dúvidas se não haverá necessidade de ouvirem
421 também o Ministério Público Federal e a Funai, por que parece que tem uma situação
422 envolvendo a possibilidade de envolver essas áreas que estão em estudo de demarcação,
423 e esses órgãos precisariam estar presentes, e serem ouvidos também , até para evitar
424 depois num futuro deslocamento de competência ou até um questionamento perante
425 tudo que está acontecendo na Justiça Federal. Mas enfim é basicamente isso o que
426 queria colocar e dizer que o Ministério Público vai zelar pela defesa do meio ambiente,
427 e vai tentar também, esgotar todas as possibilidades de evitar que essa situação chegue
428 às portas do Poder judiciário. Querem conversar, querem negociar e ver soluções, mas
429 este é o primeiro capítulo de uma novela, a situação não vai se esgotar ali. Vão
430 conversar, verão a possibilidade de fazer reuniões em Campo Grande, com o apoio da
431 sua coordenadoria do centro de apoio, com a doutora Marigot, e farão uma ação
432 integrada para não deixar nada passar batido, esse é compromisso do Ministério Público
433 com a Comunidade, não deixar nada passar batido. Encerrou agradecendo. **Com a**
434 **palavra o Sr. Josiel Quintino dos Santos, da América Eventos, mestre de cerimonia**
435 convidou para seu pronunciamento, o Prefeito Municipal de Amambai, Sr. Sérgio
436 Barbosa. **Com a palavra o Sr. Sérgio Barbosa, Prefeito Municipal de Amambai**
437 iniciou cumprimentando a todos, agradecendo pela presença, cumprimentou o Dr.
438 Pedro, pediu permissão para que em nome dele, cumprimentasse todas as autoridades já
439 mencionadas, e denominadas e devidamente apresentadas ali pelo cerimonial e disse
440 que estão diante de um assunto para eles bastante pertinente, ali, por que se trata de
441 proteger o meio ambiente e também do outro lado de uma possibilidade de um
442 empreendimento econômico. Receberam também da empresa empreendedora, os
443 relatórios que já foram mencionados, e também fez questão, conforme os colegas ali já
444 fizeram tanto o Diogo quanto o doutor Eteocles, da Promotoria, de ler todo o relatório,
445 é, o resumo do relatório. São quase cem páginas, e também fez questão de tentar
446 entender, embora não seja um perito da área, mas viu algumas questões que também
447 precisam ser esclarecidas, até para eles, de forma alguma, não se arrependam de ter
448 provocado um dos maiores desastres ambientais no Rio Amambai. Agradeceu a
449 presença dos acadêmicos, da Uems, que estão presentes. Um dos questionamentos que
450 percebeu, foi que no projeto fala que o Município, falando um pouco da área



451 econômica, até por que, para tomarem decisão, precisam saber se realmente a
452 compensação ambiental vai compensar o lucro econômico gerado pelo negócio a ser
453 instalado. Percebeu em poucos estudos que fez que o empreendimento, gira em torno de
454 150 milhões de reais, aproximadamente, depois, na hora da empresa apresentar,
455 detalharão e que caberá ao Município somente o ISS que num cálculo aproximado,
456 resultaria em torno de dois milhões de reais, dois e meio milhões de ISS, durante o
457 período de implantação do projeto da indústria. Também, fala ali da geração de
458 empregos e gostaria também de colocar isso como um problema, inclusive no próprio
459 estudo fala isso que a empresa, o empreendimento ele tem uma capacidade de geração
460 de emprego grande, porém na fase de construção do empreendimento e que o poder
461 público, aí eles ali representando o município de Amambaí, terão que tomar atitudes
462 para as questões sociais que surgirão, como a prostituição, a questão da saúde. Tudo
463 isso que falou, está escrito no Relatório, então é importante também a dimensão, a
464 questão da saúde, do transporte, da educação, desses trabalhadores, dos alojamentos que
465 serão construídos para esses trabalhadores ficarem. Também uma vez, entrado na fase
466 de terminação do empreendimento, caberá também ao Poder Público pensar o que fazer
467 com esses trabalhadores, termina obra, acaba-se o trabalho, também esses trabalhadores
468 para aonde irão, ou que trabalho terão na região? Outra questão que julga importante,
469 que não está claro porque o projeto ali fala do EIA RIMA do impacto ambiental, então
470 ele não fala da questão econômica. Que o relatório também é muito subjetivo sobre a
471 questão dos investimentos estruturantes, de estradas, pontes, fala que as estradas, que
472 foi feito um levantamento e que chegou à conclusão de que as estradas não permitem,
473 não tem condições de absorver todo o trânsito de veículos, de absorver cargas pesadas,
474 tanto estradas como pontes e que deverão ser replantadas, talvez a estrada, e
475 replantadas novas pontes para absorver esse trânsito, e que buscará apoio do Poder
476 Público, de novo, Prefeitura de Amambai, Estado, União, de onde sairá esse dinheiro?
477 Por que, hoje estão em Amambai que vai completar 66 anos e, ainda, não conseguiram
478 dinheiro para fazer uma ponte de concreto no município de Amambai. Então, o Governo
479 Federal, a União, o Estado, está previsto de colocação de recursos para construção, por
480 exemplo, de pontes de concreto? Outra questão, também, que julga muito importante e
481 logo que viu o Estudo e também perguntou no dia da apresentação lá no gabinete e que
482 acha que todos ali têm que conhecer esse assunto, por isso que é Audiência Pública e
483 não está dizendo ali que seja contra o empreendimento não, mas precisa e quer esgotar
484 todas as dúvidas. Quer esgotar para que lá na frente, até por que como o Dr. Pedro já
485 disse, independe da vontade deles. Se a empresa apresentar os estudos e as soluções, a
486 não ser que de forma jurídica, por não estar cumprindo determinadas legislações, o
487 empreendimento poderá ser suspenso. Uma questão importante, disse conhecer o seu
488 Brides e ele está ali presente, o qual faz quinze anos aproximadamente que começou um
489 empreendimento de engarrafamento de água mineral, e já esteve lá e é um projeto que
490 ele sonha ver funcionando e Eles também sonham e pelas avaliações que fez, sem ser
491 profissional, olhando a localização, o lago a ser criado pela barragem, vai submergir o
492 empreendimento do projeto da fazenda Rancho Pindó, e que daí, qual seria a solução?
493 Uma vez que aquele projeto, pequeno projeto que o senhor Brides tem, construído
494 durante 15 anos, tenha capacidade de gerar 30 a 40 empregos e basta às vezes o
495 detalhamento econômico para se viabilizar. E também, para não ser repetitivo, falou de



496 outras áreas porque vários já falaram, também, ele procurou se informar, em alguns
497 lugares, pesquisou por exemplo no Paraná, no Instituto do Meio Ambiente do Paraná, e
498 viu várias PCHs, muitas, inclusive gravou, tem todas elas no seu computador, como
499 disse o Roberto Dias, da mesma forma toda a sociedade ali poderá procura-los na
500 Prefeitura de Amambai, através da Secretaria do Meio Ambiente ou no seu gabinete,
501 para juntos buscarem as respostas que ainda não têm. Informou ainda, que falou com o
502 Município do Paraná, onde tem a PCH Novo Horizonte para buscar informações do
503 desenvolvimento econômico que aquela PCH gerou no Município, também contatou a
504 Prefeitura de Campina Grande do Sul, Paraná, uma PCH de vinte e três megawatts,
505 porém, não obteve informação. Estão já instaladas e em funcionamento. Então, assim, é
506 um assunto muito novo. Fez uma reunião naquela semana e disse que se sentiu
507 incompetente para avaliar um projeto desse porte, mas que estaria ali junto com a
508 população de Amambai, junto com os empreendedores, junto com o Imasul, com o
509 Ministério Público, por que se o investimento gerar poucas divisas para Amambai, e
510 terão que repensar realmente, porque o Rio Amambai é um filho, é um filho cujo braço
511 estaria cortando, e é essa decisão, que se realmente vai valer a pena do ponto de vista
512 econômico, ambientalmente é claro que não vai valer, mas do ponto de vista econômico,
513 Amambai está disposta a pagar o preço da recuperação ambiental, da mata ciliar, é por
514 que as matas ciliares serão recompostas, supondo que daqui a cem anos esteja tudo
515 recomposto. Então, tem coisas que tem cura, tem coisas que não tem cura. Então são
516 aquelas indagações que levantou, nesse pequeno estudo que fez e lhe perdoem se falou
517 alguma bobagem, por que realmente procurou buscar, e voltou a dizer que o município
518 de Amambai não é contra o empreendimento. Encerrando enfatizou que o estudo não
519 lhes dá condições de dizer que são a favor. Finalizou agradecendo. **Com a palavra o**
520 **Sr. Josiel Quintino dos Santos, da América Eventos, mestre de cerimonia** convidou
521 as autoridades que compõe a Mesa diretora para assumirem seus lugares na platéia, para
522 melhor assistirem as apresentações que ocorrerão a seguir. Passarão agora a
523 apresentação do empreendimento e convidou o senhor Alexandre de Oliveira, gerente
524 de implantação da Sigma Energia S/A. **Com a palavra o Sr. Alexandre de Oliveira,**
525 **Gerente de Implantação da Sigma S/A** iniciou cumprimentando a todos, e disse que
526 anotou ali as primeiras indagações e que mais no final, terão um momento apropriado
527 para responder, e durante uma explicação inicial tentará abordar algumas delas. Bem
528 antes, propriamente dito, de começar a falar sobre o empreendimento, quem é a Sigma,
529 e o que estão fazendo ali, já pensando um pouco no que o Prefeito colocou. Disse que
530 tentará contar um “causo”, como diz lá em Minas, pois é de lá. Morou alguns anos no
531 Estado do Amapá, construindo uma usina chamada Ferreira Gomes, foram três anos de
532 implementação, uma usina de 252 megawatts. Naquela época, isso deve ter o que? Uns
533 cinco anos, tiveram contato com alguns empreendedores que talvez tivessem interesse
534 de investir no Estado. Bem, acha que a maioria das pessoas ali conhece a Natura, uma
535 empresa bem conhecida no ramo. A Natura tem um programa muito interessante de
536 fazer os produtos dos frutos e sementes que caem naturalmente no meio da floresta e
537 para procurar o lugar adequado, ela, entre vários lugares da região norte do Estado,
538 verificou que o melhor potencial seria o Estado do Amapá, onde teria abundância, teria
539 mão de obra e tudo isso seria muito bom, tendo em vista o escoamento do mercado.
540 Bem, o que aconteceu naquela época foi que a Natura ao avaliar a construção da fábrica



541 para fazer o processamento encontrou uma pequena inviabilidade, o Estado do Amapá,
542 não tinha energia suficiente para própria fábrica, então o que aconteceu? Bem, então o
543 que aconteceu, foi que a fábrica ficou no Estado de São Paulo, hoje eles fazem a
544 colheita sim, lá no Estado do Amapá, e enviam a produção para São Paulo, onde é feito
545 o processamento. Então, analisar o empreendimento, se o mesmo, o que ele traz de
546 benefício, disse que mostrará os números, com receita, emprego, durante a operação,
547 mas o que não consegue colocar e isso faz parte de uma política pública, é o que
548 consegue agregar dentro do Município em termos de oportunidade de indústrias que
549 poderão ser instaladas lá. Isso vai muito além do que está colocando. Infraestrutura,
550 quando um município está preparado em termos de energia, em termos de infraestrutura,
551 de locomoção, ou em telecomunicação, isso só traz atratividades para outras indústrias.
552 Então esse é um ponto que colocarão ali também. Desculpou-se pelo texto apresentado
553 no slide estar em fonte pequena, prejudicando a visão do público que estava no fundo da
554 sala e informou que na frente ainda havia lugares disponíveis. O assunto trata-se de
555 matérias públicas do que pode ser atrativo para o município, quando se fala que o
556 município tem disponibilidade de infraestrutura, isso não basta para se investir num
557 município. É necessário que tenha uma coisa colocada pela Aneel e tem um termo
558 muito usual chamado modicidade tarifária, e essa modicidade tarifária, já está se
559 ouvindo falar no jornal, na Globo e tudo mais. Nos últimos dois anos, ela é praticamente
560 provinda de qual é o melhor benefício em termos de produção de energia? Qual o
561 melhor preço? Qual o preço mais adequado? Bem, ali as matérias já apontam que usina
562 térmica não é realmente o melhor benefício e isso aumenta o custo das contas, da conta
563 da indústria que viria para cá. Então, incentivar uma energia sustentável, uma energia
564 que tenha a maior competitividade, melhora em termos econômicos, isso é, dizendo, é
565 uma consequência direta quando se incentiva energias mais competitivas e a energia
566 hidráulica, sem dúvida é uma das mais competitivas. As pessoas podem falar
567 Alexandre, mas tem solar, tem eólica. Informou que investiram também nessa área,
568 estão terminando de construir uma usina eólica lá no Estado Piauí e investirão ainda
569 mais em eólica, e constatou que o preço de uma eólica comparado com o preço de uma
570 hidrelétrica, é às vezes até mesmo maior. O preço da solar, o “breakeven”,
571 desculpando-se pelo termo, mas o momento em que ela pode se tornar mais viável do
572 que uma hidrelétrica, é quase o dobro do preço, não tem dúvidas que é fantástica a
573 solução solar, mas há de se pagar o preço, quando se fala de uma usina térmica, está se
574 falando de 4, 5, 6, de repente lá no Amazonas, se o preço de uma hidrelétrica da venda
575 de energia de 150,00 reais da PCH ali, lá no Amazonas eles chegam a pagar mais de mil
576 reais quando todas as usinas estão sendo despachadas. Então tudo isso acarreta, passou
577 para o próximo slide, na revisão tarifária. Todo o ano as concessionárias fazem a revisão
578 tarifária, então o que vai acontecer, quando são incentivadas as usinas térmicas, que em
579 alguns estados é mais fácil licenciar usinas térmicas do que uma usina hidrelétrica, é
580 que se acaba incentivando também, um maior preço da energia e acaba tirando a
581 competitividade das indústrias e elas acabam por investirem nos Municípios e nos
582 Estados. Perguntam-lhe: Querem montar uma hidrelétrica, mas ainda não vê a
583 consequência dessa energia, ela chega, ela fica na região? Estarão conectados na rede da
584 região, então é muito provável que a energia fique por ali, e para as indústrias que ali
585 venham a se instalar, elas consumirão essa energia, trará mais robustez ao sistema, vai



586 entrar no sistema integrado nacional, mas essa energia não tem como pular, o elétron
587 não pula para o Estado de São Paulo, ficará por ali. Quando se incentiva, então esse tipo
588 de energia mais barata, além de se ter essa robustez, será uma energia mais barata, na
589 hora que a Enersul fizer também a sua revisão tarifária, desculpou-se por estar se atendo
590 à questão econômica, mas é por que foi bem abordada. Para terem uma ideia,
591 demonstrou, no slide, a variação do preço da energia, principalmente ali no final desse
592 ano, então, às vezes se escuta no jornal, que estão revisando, está aumentando o preço
593 da energia, o que se sente na hora que se vê, aumentou 10%, 15%, mas é isso ali, a
594 consequência daqueles oitocentos reais, 823,00 é por que tem térmica sendo despachada
595 a “dar com pau”, desculpou-se pelo termo, mas se vive um momento que realmente não
596 é muito bom em termos de hidrologia das grandes usinas do País. Acabou a copa do
597 mundo, ontem mesmo estava vendo o jornal, está falando lá, que Furnas está operando
598 com 19% do reservatório. Acha que agora se começará a ver isso mais, principalmente
599 na época de eleição, se escutará mais isso, e lamenta dizer que se não começarem a
600 incentivar fontes mais renováveis, fontes mais competitivas, isso só piorará. Hoje a
601 conta estimada para as distribuidoras é de quase 10 bilhões de reais. Essa semana
602 mesmo, as distribuidoras estão tendo que pagar mais de um bilhão de reais, contas de
603 térmicas que até agora o Governo não sabe como é que pagará. A única maneira de
604 remediar isso no médio e longo prazo é novamente, incentivar fontes mais competitivas.
605 Perguntou qual a possibilidade que temos? E respondeu 40 Gigas (40 Gmw) é um
606 número meta, se o Brasil quiser crescer minimamente, mas de onde vem esse número?
607 Indicou a quem se interessar entrar no site EPE, onde tem o plano decenal e lá é feito
608 diversas projeções do próprio Governo, de crescimento vegetativo, crescimento das
609 pessoas, propriamente dito, enfim, filhos consomem, indústrias vêm, indústrias crescem.
610 Tudo isso é analisado por economistas do Governo e fazem as projeções. Acontece que,
611 para cada percentual do PIB, há necessidade de crescimento de energia, então, quando
612 colocam até 2025, enxergarão um número desses que, a seu ver, se quisermos crescer
613 como o resto dos outros, onde lá no Peru, por exemplo, onde cresce oito vezes mais que
614 o Brasil que terá que revisar esse número, muito breve. Entrando na questão que estava
615 abordando, em termos de longo prazo, o que queremos para os nossos filhos, para o
616 nosso Município, para o nosso Estado e pensar em termos de infraestrutura, o que seria
617 mais apropriado, em termos de energia, existem opções, então as opções colocadas, se
618 coloca usina térmica, usina nuclear, usina de biomassa, o próprio Governo estava
619 prevendo mais de sete usinas nucleares, todas, algumas delas lá no nordeste, bem, tudo
620 isso tem os seus prós, tem os seus desafios, que se coloca como a energia solar, eólica e
621 a hidráulica. Novamente a questão da solar, entra na questão do preço, a questão da
622 eólica, Eles estão lá no nordeste, infelizmente, no Estado não têm potencial. Existe na
623 região sul, mas basicamente, são regiões costeiras e uma coisa é se gerar a energia, a
624 segunda coisa é como fazer a energia chegar naquele seu consumidor final, naquele que
625 efetivamente vai consumir a sua energia. Projetos fantásticos, como Belo Monte, Jirau e
626 Santo Antônio, sempre serão estruturantes e sempre trarão energia a custo de grandes
627 linhas de transmissão. Projetos regionais, talvez como os solares, como as pequenas
628 centrais hidrelétricas, conseguem atender as demandas regionais, e isso novamente
629 contribui com a modicidade tarifária, ou seja, com o abaixamento do custo da energia,
630 mas a conta que quer colocar, afinal, Belo Monte tem um preço extremamente



631 competitivo. Ele é um pouco acima da metade de um preço de uma PCH, então se fala
632 que será construída mais uma Belo Monte? Existe um impacto, como todo mundo, é um
633 impacto de uma PCH, perguntará quais são? Disse que darão as soluções no modo de
634 ver deles e discutirão. Colocar a outra Belo Monte, não é só ela, quando falam de usina
635 hidrelétrica desse porte, pouco se vê alguém falando, e aí, como é que essa energia
636 chega? Aconteceu um leilão há um ano e ninguém falou nada, houve o leilão de
637 transmissão de energia, uma linha de transmissão de quase dois mil quilômetros,
638 ninguém falou nada, mas será construída e essa energia tem um preço para ser
639 transportada, e quando se soma esses custos, a coisa não fica mais tão escancarada em
640 termos de vantagem, ela continua competitiva, mas aí se começa a pensar: será que vale
641 a pena? Deixou a critério dos presentes. Confiabilidade e tarifa baixa. Por quê? Porque
642 estão falando de algo que estará atendendo a tarifas competitivas na região,
643 confiabilidade, por quê? Porque o que for gerado ali, vai atender a grande região, não só
644 para Amambai. Um exemplo que sempre dá, é que, pediu que imaginassem, canos de
645 PVC, canos, como é que funciona o sistema elétrico? Imagine-se que na ponta deles,
646 tem bombas d'água, injetando água nos canos, e nas outras pontas, tem torneirinhas,
647 então no momento em que se injetar água no cano, tem uma torneirinha aberta. O que é
648 a torneirinha? São as cidades, são as indústrias, elas são as pessoas que estão
649 consumindo essa energia, e as bombas, obviamente, são as usinas hidrelétricas. Como é
650 que funciona? A água que está entrando pelos canos, é a energia, quando a água entra
651 no meio dos canos não se perde, não se sabe qual que é a bomba que está fornecendo,
652 mas o que se pode já concluir é que provavelmente, a torneira mais perto daquela
653 bomba, aquela água está vindo daquela bomba, então com certeza, quando se estiver
654 injetando energia nessa região, essa energia muito provavelmente será das usinas locais
655 e isso melhora obviamente a robustez e essas indústrias são interessadas. Afinal
656 nenhuma indústria entra e investe pensando em faltar energia na sua produção e isso vai
657 mais além, numa região que está em desenvolvimento e pensa no futuro, fazer um
658 processamento da sua produção local, vai com certeza precisar de energia, afinal é um
659 item básico, por isso que esse empreendimento é de utilidade pública. Quanto à
660 durabilidade, contou que visitou uma usina em Juiz de Fora, essa usina tem mais de 100
661 anos e continua operando, então com certeza, durabilidade, essa usina terá tecnologia
662 robusta e testada, afinal, a maneira que se faz usinas hidrelétricas, elas foram sendo
663 aprimoradas no mundo inteiro e quando fala de turbinas, a metodologia construtiva, isso
664 já tem tantos empreendimentos implantados que é extremamente sólido. E a Omega
665 também tem critérios extremamente rigorosos de engenharia e de meio ambiente a
666 serem aplicados, os de meio ambiente explicará mais na frente, até a consultoria
667 ambiental vai explicar, e se colocou a disposição, caso alguém queira saber como é que
668 funciona a implantação. Informou que naquela mesma data, estão implantando outra
669 usina em Diamantina. Está a disposição para qualquer questionamento. Proximidade do
670 consumo, falam em baixo impacto ambiental. Baixo, baixo é um termo relativo quando
671 se tem já uma métrica sobre o que é alto, eles já passaram por diversos
672 empreendimentos, conhecem diversos outros, como todos já ouviram falar na televisão,
673 de usinas gigantes, então, o que se pode entender por baixo? Significa que os estudos
674 que fizeram ali tentaram verificar e conseguiram mapear como é o rio hoje sem
675 empreendimento nenhum, como é o rio? O que existe no rio? Como vive a população



676 que está ali? E depois disso, se joga o empreendimento em cima, se verifica o que
677 acontece durante a sua construção e operação e o que verificarem ali, de todos os pontos
678 que foram levantados, tentarão dar uma solução, então quando se compara esses
679 impactos e essas soluções que categorizarão entre aquilo que conseguem compensar e
680 aquilo que conseguem mitigar e comparar com outros empreendimentos, que já
681 viveram, que já viram, participaram, concluíram que o empreendimento ali poderá ser
682 implantado, traz benefícios que superam os impactos e os impactos que ali foram
683 colocados tem solução, poderão ser mitigados ou compensados. Mitigar e compensar
684 são termos extremamente técnicos que novamente a consultoria colocará, mas é só para
685 deixar claro o que é, terá impacto. E o que quer dizer mitigar e compensar? Significa
686 por exemplo que, se conseguirá fazer com que aquele impacto se reverta e ele deixa de
687 acontecer, ou dirão, não tem jeito, o impacto vai acontecer, mas darão uma
688 contrapartida. Haverá exemplos lá na frente, acha que daí ficará mais fácil de entender,
689 mas só para terem um exemplo, toda usina hidrelétrica tem que ter área alagada, não
690 tem como, é preciso um desnível, qual é o exemplo prático disso? Na hora que subir o
691 reservatório, se deparam com a área da APP que está no caminho, então ela terá que ser
692 retirada, devidamente removida. Os animais que estão ali terão que ser devidamente
693 monitorados, resgatados, e tudo mais. Tudo isso que está colocando, são medidas, mas e
694 aí, e aquela área? Terão que compensar replantar, refazer, e aí, a quantificação, isso
695 colocará lá na frente, mas é só um exemplo, do que colocarão quando categoriza o que é
696 impacto e o que é baixo e o que é alto, mesmo somando tudo isso, considera, eles não, a
697 metodologia considera que é baixo. Enfatizou que está à disposição, para fazer uma
698 equalização de informação, para questionarem, saber de onde obteve essas informações,
699 qual resolução. Disse que está tentando dizer o que é uma PCH. Uma PCH parte de 01
700 megawatt até 30 megawatts. De acordo com a resolução da Aneel, para essas PCHs, é
701 possível solicitar um registro ativo, esse registro ativo só é dado depois que se tem
702 pleno conhecimento do rio, em termos de potencial hidrelétrico, ou seja, foi feito um
703 inventário hidráulico. O que é inventário? Quais são as etapas? Na Aneel, existem as
704 etapas de inventário hidrelétrico, projeto básico e depois a devida implantação. Em cada
705 uma dessas etapas, existe uma resolução pertinente na Aneel, em todas essas etapas,
706 podem verificar que a Sigma estava atuando. O que é o inventário? O inventário é um
707 estudo no qual o rio inteiro é avaliado quais são os lugares que tem potenciais.
708 Apresentam diversas alternativas, em cima dessas alternativas verificarão qual tem o
709 melhor potencial financeiro, econômico e financeiro em termos de retorno, e aí é dado
710 um índice. Depois que terminar essa etapa, usam essas mesmas possibilidades e avaliam
711 quais são os critérios de impacto ambiental, então é feita uma análise entre os
712 empreendimentos, o produto entre o índice econômico e o índice ambiental, dará a
713 melhor alternativa. Quando chegar ao final dessa etapa se obterá a partição de queda,
714 ou seja, o conjunto de usinas que poderiam fazer sentido para aquele rio. Essa etapa foi
715 vencida, já alguns meses para o Rio Amambai e após isso, você pode selecionar os
716 aproveitamentos que se tornaram viáveis no estudo, em termos econômicos e
717 ambientais, de acordo com os critérios estabelecidos pela Aneel, e se pode pedir o
718 registro ativo, para fins de projeto básico. Colocou um pouco mais a questão da Aneel,
719 porque acha que as pessoas estão bem abordadas ali e bem colocadas sobre as questões
720 de meio ambiente, caso não estejam, pediu o favor, que colocassem o questionamento.



721 Sendo assim, com o projeto básico, feito o registro, aí a Aneel, pode, com a licença
722 prévia, dar o registro final ao empreendedor para fins de implantação, esse
723 empreendimento é uma concessão reversível à União, é um empreendimento público,
724 concedido à iniciativa privada e que será reversível futuramente. Perguntou se dispunha
725 de tempo para apresentar um vídeo de dois minutos que mostra como funciona a usina e
726 resolveu que, durante o intervalo deixarão esse vídeo passando. Perguntou quem é a
727 Sigma? Sustentabilidade, excelência, honestidade e transparência, valorizando as
728 pessoas, e em nome da Sigma colocou que estão pedindo novamente licença para serem
729 vizinhos. E nenhum empreendimento implantado pela Sigma, colocaram de uma
730 maneira impositiva, sempre foi através de consultas, o que poderá ser constatado em
731 Cassilândia, podem ir até naquela data, em Diamantina, em Monjolos, onde estão
732 implantando uma usina hidrelétrica e em Monjolos podem verificar os trabalhos sociais
733 que fazem lá, que estão fora dos programas estabelecidos pelo EIA/RIMA, mas são
734 programas que podem verificar no site até mesmo, por que querem apenas acrescentar
735 ao município de uma maneira, daquilo que são obrigados a fazer por força do
736 instrumento das condicionantes ambientais, acreditam, na questão da educação, e nisso
737 a Sigma, Ômega, investem no programa janela para o mundo nos municípios onde ela
738 implanta seus empreendimentos e são programas fora da questão do empreendimento
739 como um todo, visando o engrandecimento educacional local. Então isso, é um
740 comprometimento da empresa, que pode ser verificado em seu site, onde ela implantou
741 os empreendimentos, fizeram isso por conta. Estão no Mato Grosso do Sul, fizeram
742 duas, disse que não pode dizer o que os outros empreendedores entendem como o que é
743 correto em termos de impacto ambiental e a obrigação deles em termos de
744 esclarecimento é trazer ali as medidas mitigadoras, compensatórias, nome complicado
745 para dizer que estão ali para realmente trazer o mínimo de transtorno para a população,
746 para o meio ambiente e para a vida normal do cotidiano das pessoas, que têm a PCH
747 Pipoca que já está implantada junto com a Cemig, Serra das Agulhas que está em
748 construção e já está operando; a usina eólica de Gargaú, Delta e a expansão de Delta
749 que é Testa Branca, Testa que é de 70 megawatts que também está em construção. Acha
750 que a questão de sustentabilidade, não precisa dizer que o empreendimento acredita e
751 concebe que o empreendimento, e ele é uma das pessoas que faz parte da equipe
752 técnica, de que todos os impactos que ocorrerem, tentará compensar ou de uma maneira
753 de solução de engenharia também. Então a barragem, o concreto, o aço, tudo, farão um
754 estudo de engenharia para que isso seja dado o menor impacto possível ao rio, à biota, à
755 população e a todos os impactos que foram identificados, isso é muito, em termos de
756 sustentabilidade, ele é muito genérico, então isso pode ser colocado que tentarão colocar
757 de maneira, a compensação da maneira mais adequada e a mitigação da maneira mais
758 abrangente possível em termos de caracterização dos impactos que forem identificados
759 e colocados nas condicionantes ambientais, então isso não é só um compromisso
760 jurídico, é um compromisso da Ômega, da Sigma que vem sendo implantado em todos
761 os empreendimentos e esse, podem ter certeza que isso não vai ser diferente. Em termos
762 de números, os investimentos ali são da proposta de 250 milhões para Saiju e Barra do
763 Jaguari. O que são esses 250 milhões? É concreto, é aço, é maquinário, são pessoas, é
764 gente trabalhando. Tudo isso dá esses números, equipamentos, os empregos são
765 estimados em 600 empregos novos e 900 empregos indiretos. O que é isso? Emprego



766 indireto é aquele que é causado pela injeção de pessoas e capital em um local, ou seja, o
767 comerciante que empreender ali e tem uma padaria, ele está acostumado a atender o seu
768 bairro, com a chegada de novas pessoas, essa pessoa vai lá e vai ter algumas pessoas a
769 mais comprando pães, então ele terá que fazer mais pães, emprego indireto é isso,
770 quando ele tiver que fazer mais pães, terá que talvez contratar mais pessoas, então esse
771 comerciante vai comprar mais farinha, mais leite, então essa cadeia produtiva vai sendo
772 incentivada com o tempo e com as pessoas sendo impactadas ao longo do tempo. A
773 questão de geração de energia, a soma da energia que tem entre os dois
774 empreendimentos, em um cálculo aproximado, poderia abastecer os domicílios de 250
775 mil pessoas, isso dá uma grandeza, esse número pode ser um pouquinho para cima, um
776 pouquinho para baixo, a depender da época do ano, por que o rio também tem suas
777 variações, mas na média é esse número e esse número dá uma noção da média de
778 quantos municípios podem ser atendidos em termos de energia. A geração, a redução de
779 impostos. Demonstrou uma tabela que foi executada justamente para poder colocar os
780 benefícios do empreendimento em termos de impostos. Separou em duas fases: a fase
781 de implantação e a fase de geração, essa tabela estará disponível, disse que acha que as
782 pessoas depois, podem explicar o racional dela, mas os tributos categorizaram em
783 termos de federal, estadual e municipal. E durante a fase de implantação chegarão ao
784 número de, para parte municipal, de 2.8 milhões de reais, um número um pouquinho
785 acima do que o prefeito tinha feito a conta, não consideram apenas o ISS, mas também
786 consideram o Icms também que aumenta a participação do município e assim aumenta a
787 receita, a parte dele no bolo do Estado. O Ipi também tem sua receita feita no
788 Município, então tudo isso tem que ser colocado na ponta do lápis na questão da
789 implantação. Durante a geração, têm o Icms e também o IR e isso também tem durante a
790 operação impacto no Município, está focando ali, porque acha que a questão federal fica
791 meio clara e acha que o Município ali é atender as dúvidas do Município, depois caso
792 tenham alguma dúvida em termos federais e estaduais, fiquem à vontade em perguntar.
793 O empreendimento como um todo, Foz do Saiju tem 22 megawatts, o tempo de
794 construção é de aproximadamente 26 meses, tendendo a ser menos. Esse é um slide
795 extremamente técnico, então só para terem uma noção do que é o empreendimento. Isso
796 ali seria uma área alagada, isso ali é um vertedouro, que funciona como um ladrão da
797 caixa d'água da sua casa. Quando tem mais água do que o rio, está colocando dentro do
798 que o próprio rio está colocando naquele momento, ele sangra por ali, a casa de força
799 vai estar posicionada na margem direita e a barragem vai ser do tipo de solo, por que
800 tem em abundância na região. Disse que é mais barato fazer a barragem de terra do que
801 fazer de concreto, e o impacto seria muito maior, porque concreto precisa de brita que
802 trarão de algum lugar, talvez escavar leito do rio, lateral, alguma área de empréstimo,
803 quando se faz a conta de tudo isso, bem, daí o impacto seria muito maior do que
804 simplesmente, já terão que escavar a própria margem do rio, para poder fazer as
805 fundações da barragem, essa mesma área que sai e com um pouco de complementações
806 de áreas de empréstimo, que são áreas identificadas na área do reservatório ou áreas que
807 tem potencial de emprestar terra para complementar o volume e fazer o volume de terra
808 necessário. Encerrando sua fala disse que seu tempo está curto, acha que o racional para
809 Barra do Jaguarí é a mesma coisa, é uma potencia um pouco maior. E agora passarão
810 para área de meio ambiente. Agradeceu a atenção de todos, e solicitou, por favor, que



811 fiquem à vontade de fazer as questões que julgarem necessárias. **Com a palavra o Sr.**
812 **Josiel Quintino dos Santos, da América Eventos, mestre de cerimonia** convidou o
813 Sr. José Milton Longo, Diretor técnico da Fibracon, Consultoria, Perícias e Projetos
814 Ambientais, empresa responsável pela elaboração dos estudos ambientais, para sua
815 apresentação. **Com a palavra o Diretor Técnico da Fibracon - Consultoria, Perícias**
816 **e Projetos Ambientais, Sr. José Milton Longo** iniciou cumprimentando e se
817 apresentou como representante de uma equipe multidisciplinar, da Fibracon, mais
818 técnicos associados, responsáveis pela elaboração de estudos de impacto ambiental, de
819 acordo com o termo de referência expedido pelo órgão ambiental Imasul, que no início
820 tratava-se de uma visão do complexo Amambai. Os estudos deveriam ser levados para
821 os três empreendimentos em questão, entretanto, os procedimentos de licença ambiental
822 são para os dois empreendimentos localizados na mesma sub-bacia, Foz do Saiju e
823 Barra do Jaguarí, não sendo um tanto redundante, mas as questões legais que regem a
824 questão têm no Conama o órgão deliberativo máximo na instância para questões da
825 Política Nacional de Meio Ambiente que em sua Resolução nº. 01 define o que é
826 impacto ambiental e que foi sacramentado, sedimentado na Constituição Federal no seu
827 artigo 225 que diz que todos têm direito ao meio ambiente equilibrado para essas
828 futuras gerações, ainda sobre instâncias de deliberações ambientais, têm no Estado a
829 Semac ou Imasul, que também através de resoluções, por exemplo, a nº. 04 de 89 que
830 versa sobre a convocação do que estão hoje ali fazendo, audiência pública para expor,
831 explanar, esclarecer os estudos ambientais de forma mais sintética, mais factível de
832 serem entendidas. A portaria do Imasul nº. 142 versa sobre a mobilização social que é
833 necessária para esse tipo de empreendimento aonde a equipe do próprio Imasul vai às
834 cidades sedes desses empreendimentos e faz esclarecimentos, uma política de educação
835 ambiental e comunicação social. O empreendedor, além das obrigações do Imasul,
836 também foi a campo, também levou campanhas de esclarecimentos da comunicação
837 social nas cidades dos municípios envolvidos de Caarapó, Laguna Carapã e em
838 Amambai, para através de reuniões e entrevistas com o Poder Público desses
839 municípios, sociedade organizada e proprietários diretamente atingidos pelos
840 empreendimentos para esclarecer, apresentar dados, acerca da vegetação, dos animais,
841 do solo, do clima relacionado à geração dos empregos, a população em geral. Dados que
842 foram gerados, mais uma vez, pela equipe da Fibracon que envolveu uma gama de
843 profissionais de biólogos, engenheiros agrônomos, ambiental, florestal, engenheiro
844 químico, geólogos, cientista social, economista, administrador, arqueólogos, tiveram
845 assistentes de campo, alunos de graduação, mateiros também que os auxiliaram nos
846 trabalhos de campo, tudo dentro desse contexto de que prevê a legislação, fazer o
847 diagnóstico ambiental da área antes da implantação do empreendimento. A legislação
848 prevê três áreas, a divisão das áreas impactadas em três, a área diretamente afetada que
849 compreende: área do reservatório, área do canteiro de obras, as vias que forem
850 necessárias para serem abertas para acessar o empreendimento, as áreas de empréstimo
851 e as áreas de bota-fora. As áreas de influência direta é o próprio reservatório,
852 considerando uma faixa de 250 metros de impacto nas propriedades. E finalmente a área
853 de influência direta que é a bacia toda do rio Amambaí, e os municípios atingidos. O
854 diagnóstico ambiental que é a primeira etapa das equipes a campo, foi feito para os
855 meios físicos que engloba solo, clima, relevo, geologia, qualidade de água, uso da água,



856 o meio biológico que envolve os grandes grupos taxonômicos, a herpetofauna
857 representada pelos sapos, pererecas e os répteis, pelas cobras e lagartos, avifauna pelas
858 aves, mastofauna pelos mamíferos, e a ictiofauna pelos peixes, também foi feito um
859 levantamento de métodos de parcelas para a caracterização e quantificação da flora local
860 também. Então o diagnóstico do meio físico os permite dizer, os tipos de solo que
861 existem na região através de expedições a campo. Os profissionais envolvidos em cada
862 grupo temático fizeram incursões às áreas das três PCHs, mas no caso estão
863 apresentando as duas, o complexo Amambai, onde identificaram solos aptos à
864 agricultura, solos nem tão aptos assim e os recursos hídricos da bacia do rio Amambai
865 também, foi diagnosticado que os seus principais usos são para dessedentação animal e
866 para o consumo humano. A parte industrial ainda é incipiente. A qualidade da água
867 através das análises físico-químicas e bacteriológicas dos parâmetros analisados
868 enquadra o corpo d'água em classe dois, ou seja, é uma água que demanda pouca
869 interferência para poder manter a potabilidade. No meio, para o diagnóstico ainda
870 ambiental, para o meio biótico, a flora, foram feitas as parcelas, cerca de 20 parcelas e
871 26 parcelas ao longo dessas duas PCHs e foi possível identificar na Foz do Saiju, 47
872 espécies florestais com Dap maior que 10 cm e na Barra do Jaguari, 67 também nas
873 mesmas condições, são já árvores, de 10 cm de diâmetro. Isso caracterizou a área já
874 legalmente pelo próprio Sista, como domínio de mata atlântica, entretanto, como o
875 próprio mapa mostra, existe área de transição entre a mata atlântica e o cerrado nas
876 imediações da área de influência indireta das duas PCHs. Como espécies significativas,
877 têm as três que são amparadas pela resolução Semac 08. Quando da sua supressão, terá
878 que ser replantada de 20 a 30 mudas para cada indivíduo retirado do local, peroba rosa,
879 pequi e guarita são os exemplos dessas três. Para a herpetofauna, representada por
880 sapos, lagartos e pererecas, a metodologia envolveu pesquisas bibliográficas para os
881 dados indiretos e incursões a campo, foram duas grandes expedições, respeitando a
882 sazonalidade climática, ou seja, um período de seca do período de chuva, com
883 armadilhamentos, com métodos de captura direta para identificar o maior número de
884 espécies possíveis da nossa herpetofauna. Para tanto foram registrados 33 espécies, com
885 25 representantes dos sapos e pererecas e oito dos répteis, dos lagartos e cobras. Para o
886 meio da avifauna representado pelas aves, tiveram um resultado também bastante
887 expressivo. A metodologia foi observação direta com capturas em rede como
888 complementar e também pela literatura. Mas os dados apresentados são de capturas e
889 observações diretas, que foram 168 espécies de aves. Uma comunidade de ave bem
890 estruturada, com destaque para algumas espécies, como o papagaio galego e o surucua
891 variado. No meio biótico ainda, relacionado aos mamíferos, também utilização de
892 armadilhas, a busca ativa de locais passíveis de eles estarem abrigados, vestígios como
893 toca, pelos, também foram verificados nos locais e o resultado foram 28 espécies de
894 mamíferos terrestres não voadores e 04 espécies capturadas de morcegos, no contexto
895 das duas hidrelétricas. Como espécies significativas, um tamanduá bandeira, a onça
896 parda, o tatu, e aí outras espécies também representadas na nossa fauna. Em relação aos
897 peixes, foram utilizados métodos usuais para pesquisas e não métodos usuais de pesca
898 com iscas vivas e tal, usaram-se redes de arrasto, peneiras e redes de espera, em muitos
899 pontos, 17 pontos no rio Amambai e os seus tributários também. Também houve
900 respeito à sazonalidade climática na estação chuvosa e estação seca, registros de



901 capturas diretas de 34 espécies de peixes, destaque para piracanjuba, surubinho,
902 curimatá, o piau, a tabarana, o mandi e o dourado, que embora não tenha sido
903 capturado foi citado em entrevistas e também constava da bibliografia pertinente da
904 bacia do rio Amambá e adjacências. Com relação ao meio antrópico, foi feito um
905 diagnóstico, uma radiografia do Município com relação à sua infraestrutura, uma cidade
906 que dispõe de uma boa infraestrutura para segurança, para saúde e educação e foram
907 aplicados questionários para saber os anseios e a percepção da população, dos
908 moradores das regiões diretamente atingidas pelos empreendimentos. Também
909 relacionado ao meio antrópico houve prospecção arqueológica por uma equipe de
910 arqueólogos e identificou dois sítios o ambi05 e ambi06, com peças líticas, da época da
911 pedra lascada, representado por raspadores e batedores, esmagadores que eram
912 utilizados há muito tempo. Ainda com relação ao meio antrópico, foi detectado nos
913 eixos distâncias, mais de 15 km nos eixos de barramento, entretanto, foram localizados
914 e identificados nove reservas indígenas nos municípios que serão impactados pelos
915 empreendimentos. Ainda estão em fase de retorno do Imasul para que seja solicitado, ou
916 que se faça o componente indígena ainda. Com relação à Foz do Saiju ainda, desse
917 diagnóstico ambiental, serão listadas ali as onze propriedades afetadas e seu percentual
918 de impacto, a área que será cedida ao reservatório ou a App, Barra do Jaguarí, idem, o
919 que chama atenção para os dois reservatórios, pouca área espalhada de alagado para
920 formar o reservatório, fato que é atribuído ao rio ser bem encaixado que permite que ele
921 ainda mantenha ainda seu escoamento hidráulico a contento, quando o empreendimento
922 for instalado. Ali para Amambá, têm um comparativo da área do município em
923 hectares, 420 mil, área produtiva pouco menos que a metade, 205 mil, e a porcentagem
924 de área afetada pelos dois empreendimentos corresponde a 0,36% dessa área do
925 município, ou seja, uma porcentagem ínfima, com relação às áreas todas. Entrando na
926 fase, depois que equipe vai a campo e faz o diagnóstico ambiental, levantam-se os
927 impactos, relacionam todos os impactos possíveis de acontecer em todas as etapas de
928 implantação e operação da PCH, das PCHs, para tanto a metodologia se utiliza para
929 caracterizar o impacto como de alta importância, média importância, ou mesmo de
930 baixa importância, uma série de atributos, uma série de itens que se coloca numa matriz
931 e atribui-se os pesos e valores que depois essa matriz nos reverte dizendo se é de baixo,
932 médio ou de alto impacto, esse impacto detectado, quanto a sua incidência, magnitude, a
933 probabilidade de acontecer, de ele ser reversível ou não cumulativo ou sinérgico. Como
934 exemplos, dos 47 impactos possíveis que detectaram, absolutamente tentaram enumerar
935 todos, desde o mínimo, até o que seja irreversível, sendo que onze impactam o meio
936 físico, 18 o meio biológico, e 18 o meio antrópico, de forma positiva ou negativa. Cerca
937 de 30% dos impactos, a matéria na matriz, colocadas na matriz geraram o resultado de
938 que são impactos de importância alta, cerca de 35% de importância média e 35% de
939 baixa importância, um exemplo do que usaram para proceder esse tipo de avaliação,
940 usaram um exemplo do impacto e do que a matriz lhes disse. É um impacto, perda de
941 solos agricultáveis, mitigável ou compensado pela ação, programa de indenização de
942 terras e benfeitorias. Todos aqueles itens, parâmetros que foram avaliados pelos
943 impactos, darão, se a natureza do impacto for positiva ou negativa, no caso é negativa, a
944 incidência é direta, a magnitude alta, a probabilidade de ocorrência é certa, é
945 irreversível, é cumulativo e é sinérgico, então essa matriz lhes dá esse conteúdo de alta



946 importância. Para cada um daqueles 47 impactos detectados nos mais variados meios,
947 mais variados graus, existem programas e ações que mitigarão ou compensarão esses
948 impactos. Um impacto pode ser mitigado ou compensado por mais de um programa e
949 para encerrar solicitou que o Senhor Alexandre complementasse versando sobre esses
950 programas, essas ações que serão direcionadas aos impactos detectados. **Com a palavra**
951 **o Sr. Alexandre Oliveira, Gerente de Implantação da Sigma Energia S.A.** disse que
952 só de uma maneira bem rápida, o que o impacto pode, são alguns exemplos que podem
953 estar vendo hoje no empreendimento que estão implantando. Quando constroem as vias
954 de acesso, para chegar ao empreendimento, essas estradas geralmente são de terra e elas
955 terão um uso intensivo pelos caminhões na área do canteiro, e às vezes a poeira sobe e
956 com o vento isso vai ser carregado para outras regiões, isso é um impacto, isso precisa
957 mitigar, não é compensado, mas dá para evitar com uma ação simples, se fazendo um
958 forro na pista, o que é obrigatório, e depois é feito a aspersão de água, com caminhão
959 pipa que vai passando e vai jogando água e assim dá peso para terra evitando que a
960 poeira voe e vá para as casas que estão em volta. Um exemplo um pouquinho maior do
961 que o impacto: processo erosivo, o monitoramento de processo erosivo durante a
962 construção da usina na área de reservatório, nessas regiões pode às vezes acontecer,
963 quando se faz um corte, uma escavadeira vai lá e corta uma parte de um morro para
964 passar uma via e caso ali venha acontecer uma erosão, ou seja, começa a abrir aquelas
965 voçorocas, terão que fazer algum tratamento ali, tratamento é um nome muito bonito
966 para colocar que simplesmente, terão que projetar aquilo para ter uma inclinação
967 apropriada para quando chover a água não carrear a terra, será necessário colocar uma
968 proteção naquilo que pode ser várias coisas, pode ser gramíneas, isso vai ser verificado,
969 qual é o tipo de vegetação mais apropriado, ou drenagens, que é a vala, meio-fio, e
970 drenagens onde já passam córregos pra evitar justamente esse tipo de coisa, que os
971 processos erosivos aconteçam e aumentem. Esses são pequenos exemplos de que
972 soluções poderão dar e se colocou a disposição. Por exemplo, o Prefeito colocou sobre a
973 questão da prostituição e eu encontrei isso também quando foi construir uma usina no
974 norte e a educação é a base disso, então seja através das escolas e seja através dos
975 funcionários, existirá provavelmente um programa de comunicação. Esse tipo de
976 programa para mitigar ou compensar e isso estará na matriz, identificará o problema e
977 sempre tentarão dar uma solução objetiva para isso. **Com a palavra o Diretor Técnico**
978 **da Fibracon, Consultoria, Perícias e Projetos Ambientais, Sr. José Milton Longo**
979 informou que são 18 programas para mitigar ou compensar todos os impactos
980 detectados pela equipe multidisciplinar. Entre um dos programas de grande importância,
981 se referiu ao Prad que terá ações de recuperação das áreas degradadas no canteiro e no
982 reservatório, então, situações em que houver necessidade, haverá ação de recuperação.
983 O Programa de Controle e Prevenção de Doenças, mitigando impactos, com relação à
984 alteração da estrutura populacional de vetores, procurar os locais de formação de novos
985 criatórios, por exemplo, de mosquitos, para assim mitigar o impacto de aumento na
986 estrutura populacional desses vetores. O Programa de Compensação Ambiental é o
987 programa que vai compensar a perda, esses impactos de perda de cobertura vegetal, vai
988 compensar a redução da riqueza e abundância de espécies através de ações. O Programa
989 de Supressão Vegetal e Limpeza do Reservatório consegue mitigar uma gama de outros
990 impactos também e assim por diante. Têm o Programa de implantação da App do



991 reservatório que mitigará o impacto da perda de cobertura necessária à implantação do
992 empreendimento, com a medida necessária de refazer a App do reservatório terão um
993 ganho ambiental fantástico, por que hoje o diagnóstico ambiental mostrou um rio
994 Amambaí com matas ciliares descontínuas, variações em sua metragem, que em muito
995 não atendem à legislação e a partir da implantação da App nova do reservatório, essa
996 metragem com certeza vai trazer um ganho ambiental significativo para região. O
997 Programa Hidrossedimentológico pode passar monitoramento da estabilidade das
998 encostas sujeitas a processos erosivos com programa de Prad, conterão, entrarão com
999 ações para conter esse tipo de impacto. O Programa de Recomposição Florestal vai
1000 compensar a perda de cobertura vegetal; o Programa de Indenização de Terras e
1001 Benfeitorias coordena cada terra que foi necessária para alagar ou para a formação do
1002 reservatório, ou mesmo a questão da modificação das questões atuais de lavra que tem a
1003 mina do senhor Brida, se insere nesse Programa. O Programa de Monitoramento da
1004 Ictiofauna, também, os impactos que foram detectados pela equipe, já foram levantados
1005 inclusive, a interferência em rotas migratórias, e a ação é estudar, é saber quais são as
1006 espécies que estão sendo impactadas, antes do empreendimento ser construído, levar
1007 tentativas de solucionar essa questão, minimizando com esses monitoramentos, indicar
1008 para o empreendedor qual seria o mecanismo mais eficaz para manutenção daquelas
1009 espécies detectadas no local. Cedeu a palavra para o Empreendedor, que tem algo a
1010 dizer sobre isso. **Com a palavra o Sr. Alexandre Oliveira, Gerente de Implantação**
1011 **da Sigma Energia S.A.** disse que a questão da ictiofauna é sempre muito bem abordada
1012 em qualquer empreendimento hidrelétrico, por motivos óbvios, o rio quando se coloca
1013 barreira impede o peixe, em muitas vezes, de subir. Em todos os empreendimentos em
1014 que colocam, sempre fazem esse monitoramento de ictiofauna, e a solução existe, são
1015 dezenas, são às vezes até conhecidas, o pessoal fala de escada de peixe. Tem
1016 empreendimentos que tem elevador de peixe, em alguns reservatórios eles usam
1017 simplesmente o manejo. Na época de piracema existem atrativos de peixe que atraem os
1018 peixes, que vão ao pé do reservatório e lá são resgatados, colocados em caçambas e
1019 levados a montante. Existem soluções, a escada de peixe é a mais conhecida de todas. A
1020 melhor solução depende se, qual é a espécie que está diretamente impactada, por que
1021 pode ser que algumas espécies, com o impacto já causado, não necessitem de nenhuma
1022 solução, ela já vai sobreviver naturalmente e para aquelas que têm impacto, se coloca a
1023 melhor solução possível, e aí sim, terão uma adequação, se a escada de peixe funciona
1024 para aquela espécie, se vai ser um elevador, se será um manejo e no final pode ser até
1025 mesmo que tenha que ser uma recomposição dos peixes através de tanques. Então
1026 soluções sempre têm, então o comprometimento da Sigma é justamente aplicar essa
1027 solução para minimizar, colocar do jeito que se encontra hoje, como meta a questão da
1028 ictiofauna, só mais um pontinho sobre o Prad, só para ficar bem claro o que é o Prad, é
1029 necessário colocar um canteiro de obras, esse canteiro de obras tem que ter diversas
1030 estruturas, sempre tenta colocar esse canteiro de obras dentro da área alagada, por que
1031 será uma área afetada, mas às vezes não dá, às vezes terá que ocupar uma área que
1032 depois terá que ser recomposta, então tudo terá que ser retirado, limpo e terá que ser
1033 replantado para perpetuar o que tinha ali. Pode ser uma App ou alguma coisa assim, ou
1034 uma Rppn, alguma coisa que vá recompor a fauna e a flora daquela região, então o Prad
1035 é basicamente isso, reparar o que foi afetado e recompor aquilo. **Com a palavra o**



1036 **Diretor Técnico da Fibracon, Consultoria, Perícias e Projetos Ambientais, José**
1037 **Milton Longo** agradeceu pelo esclarecimento. Outro impacto é para quando tiver o
1038 desvio do rio para construção dos aterros que formarão o reservatório, há uma
1039 possibilidade de aprisionamento de peixes nessas áreas de obras, então, esse impacto é
1040 mitigado com esse programa de resgate da ictiofauna. Existe também a necessidade de
1041 resgatar os animais que estarão sob pressão do desmatamento e quando tiver que se
1042 fazer o enchimento do reservatório, existem programas de planos de resgate, equipes
1043 treinadas para efetivar esse programa, e vai impactar, vai responder pela mitigação dos
1044 impactos, perda de habitat da fauna, redução de riqueza e abundância da fauna local por
1045 exemplo. Muito importante também, o programa de monitoramento da flora e fauna, da
1046 fauna terrestre que fez avaliar as alterações e as estruturas das populações alvo em
1047 questão, e isso visa também mitigar esses dois impactos, a perda de habitat da fauna do
1048 local, representado, em decorrência, aliás, da supressão vegetal e do afugentamento
1049 brando e a redução da riqueza e abundância de espécies da região. Outro programa
1050 muito importante é o programa de comunicação social que vai entrar com as
1051 informações, com a educação informal, com palestras. É um programa que vai mitigar
1052 muitos impactos em relação à geração de expectativas da população, então, é
1053 informação chegando, são os estudos que foram elaborados sendo apresentados à
1054 população também dentro do escopo do programa de Comunicação Social e mais um
1055 monte de impactos positivos. Geração de emprego, enfim, ampliação de conhecimento
1056 técnico científico, alguns que são positivos como já foi dito e alguns que são negativos,
1057 todos ou mitigáveis ou compensáveis dentro daquela matriz como disse que foi feito os
1058 cálculos da dimensão dos impactos. O Programa de Educação Ambiental visa
1059 sensibilizar através da educação formal e informal a formação de opinião em relação às
1060 questões ambientais. Esse é de longe um dos programas muito importantes que será
1061 levado também com o objetivo de mitigar uma série de impactos no meio social e
1062 finalmente, o Pacuera, que é Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do
1063 Reservatório Artificial, que é muito importante porque é previsto que há um uso
1064 múltiplo do reservatório. O reservatório não é do empreendedor, o reservatório tem uma
1065 parte que por questões de segurança às pessoas, não podem se aproximar, mas a área do
1066 reservatório está prevista por lei para que seja utilizada de forma múltipla, não somente
1067 para geração de energia, então é para lazer, para pesca, inclusive uma possibilidade de
1068 incremento de renda no Pacuera, tentam pontuar isso, a utilização de tanque rede na área
1069 do reservatório. É uma possibilidade de reestabelecer populações ícticas no local e
1070 incremento de renda para quem utilizar este expediente. Com a experiência que o Sr.
1071 Alexandre tem nos Pacuera de implementações desses planos nos reservatórios
1072 artificiais que a Sigma Energia já implementou ali no Estado e no Brasil, teria mais
1073 complementações acerca deste importante plano de utilização múltipla do reservatório.
1074 **Com a palavra o Sr. Alexandre de Oliveira, Gerente de Implantação da Sigma S/A.**
1075 informou que o Pacuera é um programa no qual a população tem participação ativa. A
1076 Sigma vai proporcionar fóruns no qual, poderão dizer o que é mais apropriado, se ter
1077 tanques, se será a pesca, se até o mesmo o reservatório de Furnas em Minas é para o
1078 turismo, então a população dirá o que querem fazer com o reservatório, então é um
1079 programa, que se perguntarem para Ele, o que pode acontecer? Bem, as opções são
1080 colocar todas, turismo, peixe, fazer praia. Tem diversas soluções e a população poderá



1081 apontar aquilo que julgar ser o mais adequado para vocação do Município. **Com a**
1082 **palavra a manifestação de pessoa sem identificação** disse que a área do reservatório é
1083 a área do Pacuera, então a área do reservatório será adquirida. Então será pago um preço
1084 de mercado pelas terras, inclusive a área de reservatório e a área do empreendimento.
1085 Não é colocado nenhuma vontade do empreendedor de falar, vão desapropriar, não, é
1086 um instrumento jurídico, mas na verdade o empreendedor, a Ômega, sempre, a Sigma,
1087 sempre coloca de maneira positiva para negociar com todos os afetados. Disse que
1088 acabou de viver num empreendimento, então os preços são praticados, os de mercado,
1089 existe uma metodologia conforme norma brasileira, para chegar num valor médio da
1090 região e esse preço é aplicado conforme estrutura e tipo de benfeitoria que tem lá e o
1091 tipo de uso da terra. Todo esse preço será formado para cada pessoa e vai incluir
1092 também, a área de reservatório, e essa área de reservatório se tornará também, parte do
1093 Pacuera, e aí sim será disponibilizado à população. Não, toda a área tem que ser
1094 comprada. Pode ser que tenha que fazer estradas no contorno. Terão um momento
1095 apropriado, por favor, poderá até depois mostrar no intervalo. Pediu desculpa pela
1096 quebra de protocolo, por favor. **Com a palavra o Diretor Técnico da Fibracon,**
1097 **Consultoria, Perícias e Projetos Ambientais, Sr. José Milton Longo** continuou e
1098 para finalizar fez algumas considerações, em duas equações básicas ali, que a equipe
1099 multidisciplinar, exaustivamente, mesmo depois de uma pequena modificação que viu
1100 nos projetos, houve uma reunião da equipe e continua firme no propósito de que os
1101 impactos são menores do que benefícios trazidos por essas duas. As duas equações, a
1102 contratação de mão-de-obra local mais os programas de capacitação, gerarão maior
1103 renda, aí está o ganho social. O ganho ambiental reside na revegetação da APP mais a
1104 execução dos programas ambientais. Então categoricamente, concluí que a instalação e
1105 operação desses dois empreendimentos têm mais benefícios do que ônus para os
1106 municípios envolvidos e o ganho ambiental, reside, além de renda, esse ganho social, o
1107 ganho ambiental da revegetação das áreas do Amambaí, que hoje estão bastante, deixa a
1108 desejar na questão de continuidade de mata e que vai por sua vez proporcionar abrigo e
1109 alimentação para fauna da região e lazer para população. Finalizando agradeceu e disse
1110 que acha que ficará à disposição para poderem debater acerca das dúvidas que tiverem,
1111 espera ter conseguido passar os principais resultados do diagnóstico ambiental, o estudo
1112 é bastante complexo, está em análise pelo Imasul, tem mais de mil páginas, e agradeceu
1113 pela presença de todos. **Com a palavra o Sr. Josiel Quintino dos Santos, da América**
1114 **Eventos, mestre de cerimonia** convidou a Srta. Ariane Miranda, Representante do
1115 doutor Luiz Eduardo Sant’anna do Ministério Público Estadual, para fazer a entrega dos
1116 documentos. **Com a palavra a Srta. Ariane Miranda, Representante do Doutor**
1117 **Luiz Eduardo Sant’anna do Ministério Público Estadual** passou a palavra para o
1118 doutor Eteocles, por que há necessidade de fazer, pela ordem, um ato de impugnação
1119 que gostariam de pedir, que desde já conste em ata, são dois pedidos de impugnação a
1120 princípio: o primeiro é a respeito da nulidade da audiência. **Com a palavra o Sr.**
1121 **Eteocles Brito Júnior, Promotor de Justiça de Amambai** iniciou dizendo que, esses
1122 documentos que estão protocolando no momento, são requerimentos, está tendo uma
1123 série de dúvidas que o Ministério Público Estadual tem a respeito do empreendimento e
1124 também a necessidade de chamarem outras instituições para participar do evento, em
1125 razão da possibilidade de envolver interesse inclusive de ordem federal, então é a



1126 preliminar o que estão arguindo ali. A audiência é naquele dia, 10/07/2014, e no
1127 entendimento deles, como o empreendimento é bastante complexo, não houve uma
1128 divulgação adequada para o tamanho e para a complexidade do empreendimento, acha
1129 que a população precisava de um pouco mais de tempo para assimilar um pouco mais
1130 sobre o que aconteceu, para estudar o relatório de impacto ambiental e o estudo de
1131 impacto ambiental, enfim, é uma situação que não veem em muitos casos, tanto é que o
1132 Prefeito esteve ligando para outras cidades, onde tiveram a mesma situação e ele não
1133 conseguiu ter tempo hábil de achar as respostas que procurou. E consultando ali, alguns
1134 detalhes sobre todo o procedimento que aconteceu, chegou ao conhecimento deles que a
1135 publicação do edital de locação foi levada para imprensa local no dia 04 de julho de
1136 2014, através do jornal A Gazeta, ou seja, quatro dias úteis antecedentes a audiência que
1137 estão tendo, dia 10, só que a lei fala diferente, fala que são cinco dias úteis, conforme
1138 consta da resolução estadual que foi citada ali. Então isso já é um problema e ainda que
1139 não tivesse na resolução, acha que tem que partir de um raciocínio um pouco diferente,
1140 não começando vendo a resolução e depois fazendo comparativos dela com a lei e com
1141 a constituição. Precisam começar de cima, trazer a constituição e ver que ela tem força
1142 normativa para se irradiar por todo o ordenamento jurídico e demandar com que tenham
1143 calma para analisar esse tipo de situação. Então, o requerimento solicita que tenham
1144 outra audiência, num outro prazo de sessenta dias, que é o que entende aparentemente
1145 razoável para todo mundo estudar, se inteirar do que está acontecendo e conseguir fazer
1146 um debate em que todos tenham condições de argumentar e entender o que realmente
1147 está acontecendo. **Com a palavra a Srta. Ariane Miranda, Representante do Doutor**
1148 **Luiz Eduardo Sant’anna, Ministério Público Estadual** iniciou solicitando que conste
1149 em ata também, a impugnação que o Ministério Público fará a respeito do EIA/RIMA
1150 que corresponde à Barra do Jaguari, por que apesar do pouco tempo que tiveram para
1151 estudar, foi muito fácil constatar que é praticamente mera reprodução do EIA/RIMA da
1152 Foz do Saiju. Inclusive com elementos, dados numéricos muito semelhantes, existe até
1153 uma dimensão lá de 75, aproximadamente 75 km e sendo que sabe que não são na
1154 mesma localidade, os dois, portanto, gostaria que constasse essa impugnação a esse
1155 Relatório. Que seja elaborado outro, e o Imasul com certeza não admitirá esse tipo de
1156 coisa, então naquela data, não possuem protocolo de EIA/RIMA a respeito da Barra do
1157 Jaguari. Disse que o doutor Eteocles vai fazer o protocolo de mais um documento,
1158 relacionado a uma constatação que realizaram também, acerca do mapa que foi
1159 fornecido, que demonstrou ali, esse mapa lhes foi enviado pelo Incra, apesar de não
1160 conseguirem visualizar daí, esses pontos verdes são localidades de terras indígenas
1161 aonde já existem populações, já foram demarcados, tem toda a legislação ali, em anexo
1162 e existe uma discussão, não podem fazer “vistas grossas”, de que realmente existe uma
1163 discussão a respeito dos estudos antropológicos que estão sendo realizados para
1164 demarcação. Então já existe essa discussão, existe também a questão de competência até
1165 para jurisdição que atuará a respeito, dirão assim de futuras ações ou da expedição de
1166 licenciamento ambiental, se é realmente estadual ou se é federal. **Com a palavra o Sr.**
1167 **Eteocles Brito Júnior, Promotor de Justiça de Amambai** disse que é por que tem
1168 uma resolução federal que fala, se tem terra indígena envolvida no meio, haverá de ser
1169 feito o licenciamento em sede federal, ou seja, Ibama, e não pelo Imasul. O conteúdo
1170 desse documento é o seguinte: “nos termos do artigo 4, da Resolução Conama 9 de 87,



1171 o Ministério Público de Mato Grosso do Sul, vem protocolar documentos que seguem
1172 em anexo, 13 páginas com mapa e atos normativos que indicam que a Funai, em
1173 desenvolvimento dos estudos antropológicos em andamento na bacia hidrográfica do rio
1174 Amambai, discute o assunto da demarcação de terras indígenas, em muitos pontos do
1175 rio Amambai, sendo que já foram constituídos dois grupos de trabalho, para realizar os
1176 estudos referidos, pertinentes, quais sejam: Amambaieguá, e Dourados-
1177 Amambaieguá, sendo assim, existe a possibilidade de influência, em futuras terras
1178 indígenas, a serem demarcadas, ou pelo menos existe a potencialidade de degradação
1179 ambiental a alcançar terras indígenas já demarcadas, e a serem demarcadas”.
1180 Considerando que já existem 04 áreas muito próximas às condenadas da PCH, quais
1181 sejam: Rancho Jacaré, Guaimbé, Amambai e Jaraguari, conforme os documentos em
1182 anexo, e considerando que o EIA/RIMA apresentado pelo empreendedor não contempla
1183 o levantamento dos componentes indígenas, que também sentiu falta da comunidade
1184 indígena na audiência e da Funai, e do Ministério Público Federal, inclusive para se
1185 definir, não contempla as terras indígenas por que esse assunto é de extrema relevância,
1186 inclusive para se definir a questão da atribuição para expedição do licenciamento
1187 ambiental, o Ministério Público de Mato Grosso do Sul pugna pela juntada e análise dos
1188 documentos acostados e que estas informações venham a compor de modo satisfatório o
1189 licenciamento ambiental requisitado para fins de repulsar qualquer resquício de
1190 nulidade. **Com a palavra a Srta. Ariane Miranda, Representante do Doutor Luiz**
1191 **Eduardo Sant’anna, do Ministério Público Estadual** disse, que a recomendação
1192 assinada, aquela em que estava fazendo observações, por estar ali, fez algumas
1193 observações, não essa dali, que vai entregar o protocolo, essa dali está depositando, para
1194 constar em ata, pedindo, por favor. Trata-se de uma recomendação (Entregue ao Sr.
1195 Pedro Mendes, no ato, protocolada, conforme informação das técnicas do Imasul, que
1196 fizeram a mobilização da referida Audiência, Sra. Andréa Macieira Carvalho e Sra.
1197 Heloisa Pincela Vasconcelos, que estavam presentes) a respeito de uma instalação
1198 dessas PCHs, que não fará a leitura porque quer anunciar para todos os fazendeiros
1199 interessados que existe tramitando no Ministério Público, o inquérito civil número
1200 10/2014 que versa sobre este assunto, então todo processo de licenciamento será
1201 acompanhado pelo Ministério Público em defesa do meio ambiente. E essa
1202 recomendação é preliminar, o Ministério Público se reserva o direito de continuar
1203 fazendo as considerações que achar necessárias até que esse licenciamento saia, se,
1204 claro, responder aos requisitos legais, mas existem alguns pontos ali em específico que
1205 gostaria de frisar, em respeito, inclusive a todos que estão presentes, embora não tenha
1206 tempo hábil pra isso, mas acredita que não se importam de aguardar ela se manifestar
1207 por dez minutos, por que na verdade o que acontece é que existe sim um conjunto de
1208 empreendimentos. Sabem que não é uma PCH, são três. Então esse impacto não pode
1209 ser analisado por um EIA/RIMA, porque o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório
1210 de Impacto Ambiental, apesar de ser um instrumento eficaz, é um instrumento jurídico
1211 muito interessante, não é o instrumento mais adequado para um empreendimento em
1212 conjunto, o instrumento adequado é sim a avaliação ambiental integrada, tanto é que
1213 existe ali o conflito de dados. Foi apresentada uma série de medidas mitigadoras, mas
1214 sempre talvez e verão qual seja adotada. Um estudo tem que apontar, a espécie é essa, o
1215 relatório indica, aponta tal providência “X”. Não podem ficar no talvez e tampouco no



1216 ver como que vai dar o impacto primeiro para depois oferecer a medida mitigadora. Isso
1217 não é desenvolvimento sustentável, então o Ministério Público fez essa recomendação e
1218 está protocolando, solicitando que o Imasul não defira esse licenciamento apenas com
1219 base num EIA/RIMA. Consequentemente também, a avaliação ambiental estratégica,
1220 ela sim é um instrumento eficaz que traz medidas mitigadoras que certamente vão
1221 corresponder ao meio ambiente, não só a questão de desenvolvimento para as futuras
1222 gerações, mas para nós mesmos, por que existem impactos que são imediatos e todos ali
1223 sabem disso, e estão ali preocupados por conta da sua propriedade, por que sabem que
1224 os impactos são imediatos. Então, essa avaliação traz medidas concretas e medidas
1225 específicas que com certeza vão minimizar de forma eficaz, qualquer dano se
1226 eventualmente essa licença for deferida. Doutor Eteocles já falou sobre a necessidade da
1227 audiência pública, creio que assim como o Ministério Público não teve tempo hábil para
1228 analisar a documentação, acredita que todos os fazendeiros e demais interessados e
1229 autoridades também não tiveram. Existem alguns tópicos que são pontuais e falará
1230 assim muito rapidamente, questão de dois minutos. Houve a ampliação de dados e não
1231 viram ali a ampliação do estudo, ampliação do volume, de barragem, etc. Tudo isso está
1232 dentro do Relatório, também em relação à população ictiofauna que são os peixes, como
1233 disse, foram apontadas sim, muitas medidas que são aplicáveis, porém, não foi apontada
1234 nenhuma medida específica, do que será feito dos peixes, se realmente essa licença for
1235 deferida. Outro conteúdo que não está sendo respondido é a questão de a alternativa ser
1236 mais atraente, a PCH ser mais atraente. Têm ali várias outras medidas que não fizeram
1237 parte do Estudo, então simplesmente ser atraente, é, vamos dizer uma suposição, não
1238 existe um estudo dizendo que não é atraente a eólica ou outra por causa disso, disso e
1239 disso para região. A questão do resgate de animais devido ao impacto, o que é certo, ou
1240 simplesmente no RIMA, diz que serão orientadas às pessoas que trabalharão a respeito
1241 desses resgates, etc. Também, não contempla uma medida “x”, será feito isso, será feito
1242 aquilo com os animais que dizem, estão sendo afugentados. Poluição sonora, também é
1243 poluição, e a poluição sonora que engloba mais, um fator que com certeza, é um
1244 prejuízo muito grande não só para os animais, mas até para as pessoas que ali estão
1245 trabalhando, embora o Relatório diga que a poluição sonora seja de noventa decibéis,
1246 medida a sete metros de distância, não traz nenhum estudo, nenhum recurso para
1247 proteção dessas pessoas e para proteção dos animais que estão sendo afugentados. Em
1248 relação à população suprimida também, não há elementos concretos, não existem
1249 elementos concretos, qual é a percentagem de App que será empurrada pelo desvio do
1250 rio, como é que será feita essa recomposição, se será natural, se será plantada, quanto
1251 tempo isso demorará a se recompor, também não têm essa informação. Em relação aos
1252 resíduos sólidos, tem ali uma informação de que com certeza será despejada alguma
1253 coisa no rio e não sabem se a água vai continuar potável, até mesmo para dessedentação
1254 animal. Para concretizar, para finalizar, leu uma das frases que a fez se apaixonar pelo
1255 direito ambiental, comentando que a promotoria tem essa atribuição também, o
1256 Relatório diz o seguinte: “Princípio do desenvolvimento sustentável: É aquele que
1257 atende as necessidades da presente geração sem comprometer a possibilidade às
1258 gerações futuras de atenderem também, as suas próprias necessidades”. É através do
1259 desenvolvimento sustentável que se compatibiliza o desenvolvimento das atividades
1260 econômicas com proteção ao meio ambiente. Todos os fazendeiros ali são



1261 empreendedores, geram economia para a cidade, geram também empregos e como
1262 estava conversando com o excelentíssimo Prefeito ali, na entrada, esse cálculo deve ser
1263 feito também porque a usina dará retorno, mas os fazendeiros também dão retorno. O
1264 Ministério Público está disponibilizando a portaria do inquérito para aqueles que
1265 quiserem se inteirar do assunto, saber de que forma atuarão dali para frente,
1266 acompanhando esses licenciamentos. Mas o que na verdade acontece e quer encerrar
1267 com esse projeto, o projeto SOS rios. O projeto SOS rios nasceu para resgate do rio
1268 Amambai, não é um projeto comum em qualquer lugar para qualquer rio, se ele está ali
1269 implantado é por que o rio Amambai precisou de uma intervenção. Foi investido muito
1270 dinheiro, contrataram uma empresa de engenharia, conhecida por muitos fazendeiros
1271 ali, a Toposat. A Toposat fez um diagnóstico ambiental e este diagnóstico ambiental
1272 determinou que para a salvação do rio Amambai, alguns pontos não podem ser
1273 esquecidos, dentre eles a destinação de resíduos sólidos, por que os fazendeiros que
1274 estiveram conversando com o Ministério Público, sabem que desde uma fossa séptica,
1275 estão perguntando, como é que foi feita essa fossa? De acordo com as normas da Abnt?
1276 Então nada disso está dentro do EIA/RIMA que lhes foi apresentado. O doutor Artur
1277 que é o Promotor de Justiça, titular da Comarca de Caarapó, disse que fez o protocolo
1278 dessa documentação, se não tivesse feito, ela faria agora, dentro dessa documentação
1279 existem todos esses tópicos, que trocaram ideias com os fazendeiros e querem assim
1280 regularizar. Existe muitos fazendeiros que estão, inclusive, vindos firmar termo de
1281 ajustamento de conduta com o Ministério Público, alguns que já tiveram ações
1282 ajuizadas, outros não, e não podem agora fazer de conta que não firmaram compromisso
1283 com eles e é por isso que zelarão sim por um termo de ajustamento de conduta em um
1284 contrato para ambas as partes. Então existem alguns termos no termo de ajustamento de
1285 conduta que também têm que ser observados pela PCH, já que ela quer se instalar em
1286 área de preservação permanente e também tem área de reserva legal como toda e
1287 qualquer propriedade. Então gostaria de constar isso em ata, de que pediram, deram um
1288 prazo de dez dias para informarem ao Ministério Público de que forma tendem a atender
1289 o projeto SOS rios que cobraram de todos os fazendeiros. Dentro do projeto existe a
1290 reserva legal, da quantidade do já referenciamento da reserva e também a questão da
1291 área de preservação permanente que são os pontos principais, e que gostaria de encerrar
1292 dizendo aos fazendeiros em específico, que procurem o Ministério Público por que esse
1293 é o momento de realmente darem as mãos em benefício do meio ambiente, por que
1294 agora não se discute mais o que é economicamente, o que é viável, mas têm que pensar
1295 o seguinte, precisam se unir em prol do meio ambiente, e seja o melhor para todos, mas
1296 acima de tudo, para o meio ambiente que estão ali para defender constitucionalmente,
1297 encerrou agradecendo. **Com a palavra o Sr. Eteocles Brito Júnior, Promotor de**
1298 **Justiça de Amambai** disse só para concluir, qual será o encaminhamento que dará, no
1299 dia seguinte no inquérito cível, que entrará em contato com o procurador da República
1300 de Ponta Porã que tem atribuição na área do meio ambiente e farão um
1301 compartilhamento de provas, que encaminhará a ele cópia integral de tudo que têm para
1302 ser detectado aí um interesse do Ministério Público Federal, e do possível interesse da
1303 União Federal em toda essa situação, principalmente por conta dessa situação toda das
1304 demarcações. Ouvirá a população, terá que chamar todas as pessoas para serem ouvidas;
1305 membros da comunidade, fazendeiros, proprietários rurais, etc. E vai juntar toda a



1306 documentação que o empreendedor vai enviar no prazo que estão pedindo ali de
1307 resposta, então o inquérito civil terá andamento ao longo do mês de julho e em agosto
1308 certamente, solicitarão junto à Procuradoria de Justiça, junto à doutora Margot, do
1309 centro operacional das promotorias do meio ambiente, uma reunião com todas as partes
1310 envolvidas na cidade de Campo Grande, será esse o andamento, encerrou agradecendo.
1311 **Com a palavra o Mediador, Sr. Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico do Imasul**
1312 disse que gostaria de indagar ao doutor Eteocles, a questão de prazos que foi concedido,
1313 aquilo que é destinado ao Estado, ao Imasul, que se encarrega de levar, mas lhe parece
1314 que o Sr. Eteocles falou também de prazos para a empresa. Então para o empreendedor,
1315 não se responsabilizam na audiência, então é direto o tratamento com eles, consta em
1316 ata, mas a documentação não é de responsabilidade do Estado, fazer o comunicado, tudo
1317 que foi lhe entregue, será protocolado, colocado junto aos autos, normalmente e levado
1318 para o conhecimento da direção, para tomada das providências que entenderem
1319 necessárias, agradeceu. **Com a palavra o Sr. Josiel Quintino dos Santos, da América**
1320 **Eventos, mestre de cerimonia** anunciou que farão um intervalo de quinze minutos,
1321 lembrando que o horário de retorno deverá ser rigorosamente respeitado, para não
1322 comprometerem os debates que ocorrerão na sequência. **Com a palavra o Sr. Josiel**
1323 **Quintino dos Santos, da América Eventos, mestre de cerimonia** retornando às
1324 atividades da Audiência Pública, convidou para presidir a mesa diretora o Sr. Pedro
1325 Mendes Neto, Assessor Jurídico da Diretoria do Desenvolvimento do Instituto de Meio
1326 Ambiente do Mato Grosso do Sul - Imasul. Para compor a mesa, convidou o Sr.
1327 Lorivaldo Antonio de Paula, Gerente de Desenvolvimento do Imasul; a Sra. Loretta
1328 Portofé de Mello, Gerente de Meio Ambiente da Ômega Energia; Srta. Karen Cardoso,
1329 Engenheira de Desenvolvimento da Ômega Energia Renovada S.A; Sr. Alexandre
1330 Oliveira, Gerente de Implantação Sigma Energia S.A; Sr. José Milton Longo, Diretor
1331 Técnico da Fibracon Consultoria, Perícia e Projetos Ambientais, empresa responsável
1332 pela elaboração do estudo de impactos ambiental; Sr. José Carlos Chaves dos Santos,
1333 Diretor Técnico da Fibracon. Convidou o Sr. Pedro Mendes Neto, Presidente da mesa
1334 diretora dos debates, para fazer a leitura das regras dos debates. **Com a palavra o**
1335 **Mediador, Sr. Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico do Imasul** iniciou com as
1336 atividades da Audiência Pública. Passou então para sessão de debates onde serão
1337 respondidos os questionamentos que vieram à mesa, cujo autor permanecer no plenário.
1338 As perguntas que tentarem identificar o autor e o mesmo não estiver presente, também
1339 irão para o processo, porém não serão respondidas, sendo respondidas as questões cujo
1340 autor permanecer no plenário. Utilizarão uma metodologia já bastante usual nas
1341 Audiências Públicas Ambientais do Estado do Mato Grosso do Sul, mediante a qual
1342 identificam o autor da pergunta, fazem a leitura do questionamento direcionando a
1343 resposta do empreendedor ou consultor que terá três minutos para efetuar a resposta,
1344 cabendo ao autor do questionamento, se necessário for, o pedido de réplica, que venha
1345 ao microfone ali à frente e faça sua réplica, sua contribuição, sua crítica e pediu que
1346 utilizassem o tempo de um minuto e meio; a palavra será restituída à mesa para
1347 complementar a pergunta se for necessário complementar a resposta também por um
1348 minuto e meio. Essa metodologia é necessária, dado o grande número de perguntas e
1349 que com certeza, vários questionamentos do mesmo assunto serão objeto desse
1350 questionamento e às vezes a forma de perguntar é diferente de uma pessoa para outra,



1351 favorece que todo o conjunto da explicação seja mais bem entendido pela plateia. Por
1352 isso, não se delongam no debate de uma única questão entre quem arguiu e quem está
1353 respondendo. Dando início ao debate, passou para a 1ª. **Questão de Katia Karine**
1354 **Duarte da Silva , Professora, da UEMS** que estava presente e perguntou ao
1355 Empreendedor: a Sigma afirma que foram aplicados questionários para as populações
1356 que serão atingidas pelo empreendimento. Gostaria de saber se as populações indígenas
1357 foram consideradas nessa consulta? **Com a palavra a Sra. Lorétti Portofé de Mello**
1358 **Gerente de Meio Ambiente da Omega Energia** dando boa noite respondeu que com
1359 relação a essa questão, consideram o que determina a legislação federal. Existe uma
1360 área com terras indígenas nas proximidades, conforme já foi apresentado nos estudos e
1361 eles cumpriram o que é determinado na legislação que o Imasul encaminhe a consulta às
1362 comunidades indígenas presentes. Encaminhe os estudos e a consulta às comunidades
1363 indígenas presentes por meio da Funai. Eles não têm a prerrogativa de entrar em contato
1364 diretamente com os povos indígenas. Isso poderia ser considerada uma transgressão por
1365 parte deles, então o que fizeram foi encaminhar uma solicitação ao Imasul para que
1366 fizesse esse contato e em acordo com o Imasul também encaminharam uma consulta
1367 diretamente do empreendedor à Funai, a respeito do seu posicionamento sobre o
1368 empreendimento. Portanto, a resposta é diretamente para as comunidades indígenas, não
1369 entram em contato direto com as pessoas, e sim, através dos seus representantes que são
1370 os membros da Funai. Finalizou agradecendo. **Com a palavra o Mediador, Sr. Pedro**
1371 **Mendes Neto, Assessor Jurídico do Imasul** perguntou a autora da pergunta se estava
1372 satisfeita, ela respondeu que gostaria de se manifestar. **Com a palavra a Professora**
1373 **Katia Karine Duarte da Silva** cumprimentou a todos e disse que essa é a sua
1374 preocupação, que realmente estão considerando na Universidade, inclusive alguns dos
1375 acadêmicos indígenas vieram ali e não puderam participar até o final por questão de
1376 transporte e volta a considerar a fala do Promotor que essas populações precisam sim ter
1377 voz, elas têm voz, elas têm suas lideranças; então para além da FUNAI, considerar essas
1378 lideranças. Uma audiência pública onde as pessoas não podem se expor e falar, também
1379 para população indígena é complicado, porque sabem que a questão da língua é uma
1380 barreira, então elas precisam ser ouvidas. Essa é uma consideração que gostaria que
1381 fizessem nesses estudos, inclusive que o sociólogo que fez o estudo também se
1382 aprofunde mais nas questões legais com relação à questão indígena. Conforme um
1383 debate realizado na Universidade, perceberam que Ela não tem muito estudo
1384 aprofundado em relação à legislação. Finalizou agradecendo. **Com a palavra a Sra.**
1385 **Lorétti Portofé de Mello, Gerente de Meio Ambiente da Omega Energia** disse que
1386 agradecia suas considerações e esclareceu que não se furtaram a entrar em contato com
1387 as pessoas da comunidade indígena desde que sejam procurados e não se furtam a esse
1388 contato direto. O que não podem fazer é o contato institucional com as comunidades
1389 indígenas, uma vez que eles são representados pela Funai, apenas esse esclarecimento.
1390 De qualquer maneira, reputam como extremamente importante esse conhecimento dos
1391 povos indígenas presentes a respeito do empreendimento, tanto é que solicitaram que o
1392 Imasul encaminhe essa consulta e eles próprios, o próprio empreendedor tomou essa
1393 iniciativa de encaminhar, reiterar solicitação de manifestação da Funai a respeito do
1394 empreendimento. Encerrou agradecendo. **Com a palavra o Mediador, Sr. Pedro**
1395 **Mendes Neto, Assessor Jurídico do Imasul** passou para a 2ª. **Questão, continuando**



1396 **no assunto da temática indígena, de Drica dos Santos, Estudante da Uems que não**
1397 **estava presente**, que perguntou ao empreendedor: Como levantam a idéia de uma PCH
1398 onde se possui um rio que conta com aldeias e esses povos indígenas como ficam? Visto
1399 que utilizam o mesmo. **Porém a pergunta não foi lida, ficando prejudicada, mas,**
1400 **segue para ser anexada ao processo de licenciamento, e passou para a 3ª. Questão**
1401 **de Jorge Pereira da Silva, Servidor Público da Funai–Amambai**, que estava
1402 presente e perguntou ao consultor: A PCH Saiju dista menos de quinze quilômetros da
1403 terra indígena Jarará, município de Juti; Nesse caso, posto que a audiência pública seja
1404 entendida como consulta prévia à população interessada, não caberia uma consulta
1405 direta à população indígena do município de Juti, bem como a coordenação regional da
1406 Funai de Dourados? O Sr. Pedro perguntou ao Sr. Jorge se, a resposta da questão
1407 anterior responde a sua questão? **Com a palavra a Sra. Lorétti Portofé de Mello,**
1408 **Gerente de Meio Ambiente da Omega Energia** pergunta se o Sr. Jorge espera que ela
1409 responda ou se vai fazer mais um comentário? **Com a palavra o Senhor Jorge Pereira**
1410 cumprimentando a todos, disse que a tutela não existe desde dois mil e dois. Então a
1411 Funai não representa a população indígena. Uma coisa é falar com a Funai e outra coisa
1412 é falar com a população indígena e especificamente com a população indígena de Juti
1413 que será a mais prejudicada, porque está mais próxima da barragem de Saiju, e se a
1414 Funai, mesmo que tenha sido contatada, de que forma foi. Porque acha mais viável seria
1415 officiar à Coordenação Regional de Dourados que provavelmente é quem estará mais
1416 próximo da população atingida. **Com a palavra a Sra. Lorétti Portofé de Mello,**
1417 **Gerente de Meio Ambiente da Omega Energia** respondeu que gostaria de esclarecer
1418 que nenhuma das terras indígenas está a menos de quinze quilômetros do eixo do
1419 barramento. Fizeram essa análise detalhadamente com levantamento topográfico, os
1420 estudos demonstraram que existem sim terras indígenas, isso está demonstrado no
1421 estudo de impacto ambiental, porém o levantamento demográfico demonstra que
1422 nenhuma delas está a menos de quinze quilômetros do eixo do barramento, é que
1423 depende da onde consideram essa distância. A legislação estabelece que seja a partir do
1424 eixo do barramento, então nenhuma delas está a menos de quinze quilômetros. De
1425 qualquer maneira, reiterou que fizeram uma consulta de acordo com que estabelece a
1426 legislação, a legislação estabelece que precisam solicitar que o órgão licenciador, no
1427 caso o Imasul, faça o contato com a Funai, e reiteram esse pedido entrando em acordo
1428 com o Imasul para fazer essa consulta também formalmente. A consulta foi feita à Funai
1429 de Brasília. Finalizou agradecendo. **Com a palavra o Mediador, Sr. Pedro Mendes**
1430 **Neto, Assessor Jurídico do Imasul passou para a 4ª. Questão de Josué C. Barros,**
1431 **Servidor Público da Secretaria Municipal de Habitação**, que estava presente e
1432 perguntou a quem couber a resposta: Caso dirimidos todos os questionamentos e
1433 dúvidas feitas na audiência, os empreendimentos venham a ser realizados, existe a
1434 possibilidade nos arredores, possibilidade de investir em projetos de ecoturismo nos
1435 arredores dos empreendimentos. E quem poderia? **Com a palavra a Sra. Lorétti**
1436 **Portofé de Mello, Gerente de Meio Ambiente da Omega Energia** respondeu que
1437 como foi apresentado nos estudos, e o Alexandre ressaltou ali durante a apresentação do
1438 empreendedor, tem um programa chamado Janela para o Mundo. É um programa da
1439 Omega Energia que é uma das detentoras desse empreendimento junto com a Sigma.
1440 Em todos os locais onde são implantados os empreendimentos pela Sigma ou pela



1441 Omega, desenvolvem esse projeto que foca a educação, com o foco em programas
1442 sociais, que baseia-se na premissa de que através do reforço na educação é que podem
1443 promover o desenvolvimento social na região. A questão do ecoturismo é claro uma
1444 consequência da implantação de um empreendimento como uma PCH, sem dúvida o
1445 próprio desenvolvimento do plano de conservação e uso do entorno do reservatório
1446 proporcionará a criação de oportunidades para o desenvolvimento do ecoturismo da
1447 região. Podem, à medida que forem desenvolvendo o Programa Janela para o Mundo, se
1448 for esse interesse da comunidade, dar foco ao ecoturismo no Programa. Não é algo que
1449 se defina a priori, à medida em que implantam os empreendimentos farão um
1450 diagnóstico da realidade local e um diagnóstico das percepções e expectativas da
1451 comunidade com relação ao seu desenvolvimento. Se a comunidade enfocar dentro do
1452 seu interesse a realização de projetos de educação visando ao ecoturismo, podem sim
1453 considerar essa ideia e dar foco ao programa Janela para o Mundo nesse sentido.
1454 Solicitou ao Sr. Alexandre para complementar a resposta. **Com a palavra o Sr.**
1455 **Alexandre Oliveira, Gerente de Implantação da Sigma Energia S.A.**
1456 complementando disse que essa é a relevância durante a consulta do Pacuera, vir ali e
1457 colocar que o ecoturismo pode ser colocado nas áreas de reservatório e se houver uma
1458 identificação dessa vocação. Sim será feito, o Pacuera pode incorporar isso, essa visão,
1459 que têm que dizer, basta participarem durante o processo. **O Sr. Josué pediu para se**
1460 **manifestar. Com a palavra o Senhor Josué Barros** perguntou de que forma terão o
1461 conhecimento do programa Janela para o Mundo? **Com a palavra a Sra. Lorétti**
1462 **Portofé de Mello, Gerente de Meio Ambiente da Omega Energia** respondeu que esse
1463 programa, como disse, é um programa voluntário da Omega e ele começa a se
1464 desenvolver a partir do momento que o empreendimento tem viabilidade ambiental e
1465 econômica. Portanto após a obtenção da licença prévia, os projetos começam a ser
1466 desenvolvidos e farão um diagnóstico, um reconhecimento do local, dos atores locais e
1467 então identificarão quais são os anseios da comunidade direcionado ao programa nesse
1468 sentido. Então respondendo objetivamente, é após o início, após a obtenção da licença
1469 prévia. Agradeceu. **Com a palavra o Mediador, Sr. Pedro Mendes Neto, Assessor**
1470 **Jurídico do Imasul** passou para a 5ª. **Questão de Jayme J. Schneider,**
1471 **biólogo/Empresário, da Cerrado Brasil Ltda.,** que estava presente e perguntou a
1472 quem couber a resposta: sobre a compensação ambiental, como não existe uma unidade
1473 de conservação de proteção integral no Município o recurso será destinado ao Governo
1474 do Estado, dessa forma quais medidas serão tomadas para que isso seja revertido para o
1475 Município, onde de fato haverá impactos negativos? E leu a 6ª. **Questão que é a**
1476 **pergunta do Senhor Prefeito, Sérgio Barbosa,** também sobre compensação, que
1477 estava presente e perguntou ao empreendedor: Como está prevista a compensação
1478 ambiental, seu destino e a quantificação. **Com a palavra a Sra. Lorétti Portofé de**
1479 **Mello, Gerente de Meio Ambiente da Omega Energia** respondeu que como bem
1480 disse o coordenador Pedro, a compensação ambiental é um dispositivo estabelecido na
1481 legislação quando existe uma elaboração de um estudo de impacto ambiental em que os
1482 impactos previstos pelos empreendimentos são impactos de alta relevância. Não é o
1483 caso ali, eles têm, tanto que não foi exigido um estudo muito complexo, fizeram uma
1484 avaliação integral da bacia, mas não têm ainda definição da destinação da compensação
1485 ambiental, isto é algo que, ao longo do processo de licenciamento, na fase de obtenção



1486 da licença prévia, é definido em conjunto com o IMASUL. O órgão licenciador avalia
1487 os impactos e determina a destinação do recurso na fase de licença prévia. Isso então
1488 depois é debatido, a forma de apropriação, de determinação da utilização desses
1489 recursos durante a implantação e antes da operação do empreendimento. Então é algo
1490 que não se sabe a resposta ainda porque isso é discutido com o órgão licenciador na fase
1491 do licenciamento ambiental. **Com a palavra o Mediador, Sr. Pedro Mendes Neto,**
1492 **Assessor Jurídico do Imasul** perguntou ao autor da pergunta se estava satisfeito com a
1493 resposta e ele respondeu que sim, o mesmo agradeceu e passou para a **6ª. Questão de**
1494 **Sérgio Barbosa, Prefeito Municipal de Amambai, que não estava presente,** que
1495 perguntou ao empreendedor: Como está prevista a compensação ambiental, seu destino
1496 e quantificação? **Porém a pergunta não foi lida, ficando prejudicada, mas, segue**
1497 **para ser anexada ao processo de licenciamento, e passou para a 7ª. Questão de**
1498 **Rodrigo Selhorst, Secretário de Indústria e Comércio, Prefeitura Municipal de**
1499 **Amambai,** que estava presente e perguntou ao empreendedor: Como ocorrerá o
1500 processo de compra e indenização dos proprietários de áreas a serem ocupadas? **Com a**
1501 **palavra o Sr. Alexandre Oliveira, Gerente de Implantação da Sigma Energia S.A.**
1502 respondeu que o empreendedor, logo depois da licença prévia, começará o processo de
1503 negociação. Já fizeram contatos com alguns proprietários, e a ideia original da própria
1504 Sigma é tentar fazer as acomodações financeiras com base nos preços locais antes
1505 mesmo da licença de instalação. Isso é corriqueiro para a empresa e até mesmo nos
1506 outros empreendimentos, adquirem as áreas muito antes da licença de instalação.
1507 Sempre estarão abertos ao diálogo e tentarão achar a melhor solução em termos
1508 negociais, considerando os preços praticados, mas existe, sempre em última instância, o
1509 advento da lei, da desapropriação por utilidade pública que é o último instrumento que
1510 podem usar. Os últimos instrumentos usam quando não há mais capacidade de
1511 negociação tendo em vista, novamente, os preços praticados na região. Basicamente
1512 acha que é essa a questão. **Com a palavra a Sra. Lorétti Portofé de Mello, Gerente**
1513 **de Meio Ambiente da Omega Energia** solicitou fazer uma pequena adição ao que o
1514 Sr. Alexandre esclareceu. Usualmente em processos de implantação de
1515 empreendimentos hidroelétricos, necessita cumprir a legislação que é uma NBR, uma
1516 norma brasileira, uma norma técnica brasileira de avaliação de terras. Então é feito todo
1517 um cadastro, uma análise de benfeitorias, uma análise da terra, do valor da terra, do
1518 valor das benfeitorias; e é o valor proposto pelo empreendedor aos proprietários é algo
1519 baseado nessa legislação. Ele não é algo que se estabelece aleatoriamente, existe um
1520 método e peritos para fazer esse trabalho, o proprietário tem também os seus peritos e
1521 existe uma discussão de peritos para que se chegue a um valor justo, considerado o
1522 valor de mercado e objetiva-se que seja aceito pelos proprietários. Além disso, outra
1523 coisa muito importante que é um requisito fundamental nesse processo todo, é que não é
1524 emitida a licença de instalação pelo Imasul ou pelo órgão licenciador enquanto todas as
1525 terras não estiverem absolutamente compradas e negociadas. Não existe possibilidade
1526 de instalação de início, de qualquer coisa no empreendimento, seja o canteiro, seja o
1527 reservatório, seja o acesso, qualquer coisa que seja do empreendimento, enquanto todas
1528 as terras não estiverem compradas e adquiridas pelo empreendedor. Isso dá uma
1529 segurança, do ponto de vista de que a obra não pode começar o órgão licenciador não
1530 autoriza começar a obra enquanto não houver essa negociação e essa aquisição,



1531 finalizou agradecendo. **Com a palavra o Mediador, Sr. Pedro Mendes Neto,**
1532 **Assessor Jurídico do Imasul** perguntou ao autor se ficou satisfeito com a resposta e ele
1533 respondeu que sim, o mesmo agradeceu e passou para **as 8ª. e 9ª. Questões,**
1534 **respectivamente, de Luís de Almeida Miranda, que não estava presente,** perguntou
1535 a quem coubesse à resposta: Quantos hectares deixarão de produzir sendo alagada? Qual
1536 será a forma de distribuição do ISS gerado pela construtora, que será de dois milhões e
1537 oitocentos mil reais entre os três municípios? **Porém as perguntas não foram lidas,**
1538 **ficando prejudicadas, mas, seguem para serem anexadas ao processo de**
1539 **licenciamento, e passou para a 10ª. Questão de Marcos Roberto, Administrador da**
1540 **Fazenda São José, que não estava presente,** e que perguntou ao empreendedor: Quais
1541 são as medidas compensatórias para a perda das reservas legais dos produtores? **Porém**
1542 **a pergunta não foi lida, ficando prejudicada, mas, segue para ser anexada ao**
1543 **processo de licenciamento, e passou para a 11ª. Questão de Reinaldo Mesti Poli,**
1544 **Médico Veterinário, da Fazenda Ipê,** que não estava presente, que perguntou ao
1545 empreendedor: Quem ficará responsável pelo replantio das árvores nas APP's e
1546 Reservas Legais que serão inundadas? Como serão as indenizações e critérios dos
1547 valores imobiliários? **Porém as perguntas não foram lidas, ficando prejudicadas,**
1548 **mas, seguem para serem anexadas ao processo de licenciamento, e passou para a**
1549 **12ª. Questão de Rodrigo da Silva Augusto, Veterinário,** que estava presente e
1550 perguntou ao consultor: As retiradas das matas e o fato do rio Amambai se transformar
1551 em grandes lagos, isto não irá mudar o microclima da região? **Com a palavra o Sr.**
1552 **José Milton Longo, Diretor Técnico da Fibracon – Consultoria, Perícias e Projetos**
1553 **Ambientais,** respondeu que, de certa forma sim, sabem que uma massa de água é capaz
1554 de melhorar, no sentido de transferir, umidade até cem metros adjacentes. Então o
1555 microclima local, haverá essa modificação sim, isso é sabido de outros estudos e de
1556 outros locais. Especificamente para essa situação pode ser um pouco mais ou um pouco
1557 menos, mas acha que mantém essa média. Não necessariamente, aumenta o conforto
1558 térmico por conta da evaporação e mantém uma umidade regionalizada mais atrativa.
1559 **Com a palavra o Mediador, Sr. Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico do Imasul**
1560 perguntou ao autor se ficou satisfeito com a resposta e ele respondeu que sim, o mesmo
1561 agradeceu e passou para a **13ª. Questão de Geraldo Carvalho S. Carvalho Júnior,**
1562 **Agropecuário,** que estava presente e perguntou ao consultor: Quais serão os impactos
1563 ambientais causados aos remanescentes de florestas, quais as espécies de árvores que
1564 serão derrubadas com a construção do reservatório? **Com a palavra o Sr. José Milton**
1565 **Longo, Diretor Técnico da Fibracon – Consultoria, Perícias e Projetos Ambientais**
1566 respondeu que, as espécies de árvores que serão derrubadas serão as que estão
1567 imediatamente na zona de inundação que vai ser necessário fazer a supressão. Disse que
1568 não entendeu o começo da pergunta. O que a equipe conseguiu detectar também nos
1569 remanescentes de florestas é a pressão que a população, mesmo a pressão antrópica
1570 sobre esses remanescentes. Aquele raciocínio de que vão retirar, há uma corrida em
1571 busca dessa madeira ou de plantas ornamentais de forma ilegal, porque para extrair
1572 madeira da natureza precisam autorização. Isso é um impacto previsto inclusive entre
1573 aqueles já mencionados. As espécies, o que detectaram na beira do rio que serão
1574 suprimidas são a sangra d'água, pau-de-óleo, cedro, guaritá, tem algumas espécies que
1575 são protegidas por lei, aí a compensação ambiental pela lei, o empreendedor terá suas



1576 obrigações de, como disse, que cada espécie protegida por lei, por exemplo, a aroeira,
1577 terão que replantar trinta exemplares por cada retirado, isso é a compensação prevista
1578 pela resolução 08 Semac. **Com a palavra a Sra. Lorétti Portofé de Mello, Gerente de**
1579 **Meio Ambiente da Omega Energia** solicitou complementar, que gostaria de deixar
1580 claro o seguinte, na fase em que estão que é a fase de avaliação preliminar do
1581 empreendimento, na fase de licença prévia, como o próprio nome diz, estão estudando a
1582 viabilidade de o empreendimento ser implantado ou não. Na fase posterior, ou seja,
1583 ultrapassada esta fase quando obtiverem a licença prévia, desenvolverão inúmeros
1584 estudos para dar conta das respostas aos impactos que esse empreendimento gerará.
1585 Então especificamente em relação à questão da vegetação que será suprimida, terão que
1586 fazer então um inventário florestal, inventário o nome já diz é uma análise bem
1587 detalhada de toda vegetação existente, tanto na área do futuro canteiro quanto do futuro
1588 lago, esse inventário florestal resulta numa estimativa do volume de madeira que será
1589 suprimida, esta retirada da vegetação é obrigação, não é uma prerrogativa, não é algo
1590 que se possa deixar de fazer; os órgãos ambientais exigem que se faça essa supressão de
1591 vegetação, ou seja, o corte da madeira que existe na área do futuro lago para evitar que
1592 esta madeira apodreça e contamine a água, a água fica apodrecida e que tenha
1593 problemas de qualidade de água. O detalhe da qual vegetação será suprimida, quais são
1594 as espécies e como se dará essa reposição da vegetação em outras áreas, é algo que será
1595 detalhado posteriormente, depois da fase de licença prévia e antes mesmo do início de
1596 qualquer coisa da obra, quer dizer, precisa-se fazer esse inventário florestal, obter uma
1597 autorização para supressão da vegetação para então fazer a supressão e depois ter o
1598 enchimento do reservatório, finalizou agradecendo. **Com a palavra o Mediador, Sr.**
1599 **Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico do Imasul** perguntou ao autor se estava
1600 satisfeito com a resposta e ele pediu para se manifestar. **Com a palavra o Senhor**
1601 **Geraldo Carvalho S. Carvalho Júnior** agradeceu, primeiramente, pelas explicações,
1602 que só quer acrescentar, que quanto ao estudo de impacto ambiental e o relatório, ele
1603 não contesta os estudos, inclusive porque há umas passagens lá que realmente
1604 demonstraram o grande impacto que sofrerá o rio Amambai; inclusive mencionando que
1605 os impactos vão ser sinérgicos, significa que uma PCH vai causar impacto na outra e
1606 na outra, os impactos serão multiplicados, serão potencializados. Não concorda, dizer
1607 que vai ficar melhor do que hoje, porque existem inúmeras áreas de App como mostram
1608 essas fotos maravilhosas que eles colocaram ali. Inclusive, devido ao trabalho dos
1609 promotores nos últimos anos, tudo ali tem sido reflorestado por isso que voltaram os
1610 animais. Hoje lá têm onças pardas, antas, macacos, inúmeros animais que já tinham
1611 desaparecidos; de pássaros, têm tucanos, jacus, jaós, todos os animais de mata atlântica
1612 que não existia. Então pode ser que haja algum lugar que não tenha mata ciliar, mas
1613 hoje, no geral, têm uma mata ciliar, pode não ser na largura que os promotores querem
1614 de cem metros, mas têm quarenta, têm oitenta metros e têm além das matas ciliares, as
1615 reservas na beira do rio Amambai, muitas reservas legais. Quer dizer isso, que para eles
1616 causa muita tristeza de ver todo esse habitat, todo esse santuário ecológico que estão
1617 vendo naquela foto maravilhosa, ver isso desaparecer, e gostaria que, para gerações
1618 futuras, pensassem melhor, se vale a pena destruir tudo isso por uma coisa tão pequena,
1619 havendo tantas outras possibilidades, como a energia eólica; uma usina como essa vai
1620 representar somente 0,003% de todo o potencial elétrico que o Brasil terá em dois mil e



1621 dezenove, que aprendeu isso no estudo, que vão ser cento e setenta mil megawatts e
1622 essas duas usinas vão produzir cinquenta, então representa 0,03. Então dá mesma forma
1623 que disseram que a área a ser inundada é muito insignificante, a área também, a
1624 quantidade de energia elétrica que será produzida será muito insignificante pelo enorme
1625 impacto que será causado. Finalizou agradecendo. **Com a palavra o Mediador, Sr.**
1626 **Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico do Imasul** agradeceu ao Sr. Geraldo. **Com a**
1627 **palavra o Sr. Alexandre Oliveira, Gerente de Implantação da Sigma Energia S.A.**
1628 disse que só colocar uma posição da empresa, eles em nenhuma maneira quer colocar
1629 nenhuma hipótese que estão sendo negligentes ou querendo destruir. Na verdade eles ali
1630 estão propondo medidas para colocar uma compensação ou mitigar isso e a própria
1631 existência da proposição de futuras áreas de preservação, as unidades de compensação,
1632 tudo isso vem no futuro a melhorar ainda a potencialidade da biota local. Então, quando
1633 falam que haverá uma potencial melhoria é considerando o cenário que encontraram
1634 hoje e o cenário que visualizam no futuro em termos de área de preservação que haverá,
1635 sim é maior, então é esse o ponto que colocam. **Com a palavra o Sr. Geraldo**
1636 **Carvalho S. Carvalho Júnior** pediu para só mencionar, que foram duas pessoas que
1637 falaram depois. Só queria dizer que pode não concordar, porque hoje ao redor do rio
1638 Amambai existe duzentos metros, quinhentos metros de áreas de matas; pode não ser
1639 todo o rio Amambai, e que depois que eles se instalarem, não quer dizer que só
1640 destruirão, não quer usar esse termo destruir, o próprio estudo diz que os impactos serão
1641 certos e irreversíveis e serão potencializados, que não ele que está dizendo, é o estudo
1642 do EIA/RIMA. O que existe depois de feito o lago, será colocado uma faixa de trinta
1643 metros como APP, não é trinta metros, mas sim, cem metros. Contou que ouviu em
1644 Caarapó trinta metros, é cem metros esse APP. Tinha escutado que seriam trinta metros.
1645 O que quer dizer que também as árvores que estão sendo destruídas são árvores
1646 centenárias, a árvore demora muito para crescer, então por um período muito grande
1647 não vai haver o habitat dos bichos porque essas árvores demorarão dezenas de anos para
1648 se recuperarem. Então não é assim tão simples, que depois ficará melhor, pode ser daqui
1649 a cem anos como eles falaram, mas é muito tempo para se esperar uma recuperação, que
1650 eles falaram cem anos. Finalizou agradecendo. **Com a palavra o Mediador, Sr. Pedro**
1651 **Mendes Neto, Assessor Jurídico do Imasul** informou que têm uma nova questão do
1652 **Sr. Geraldo S. Carvalho Júnior, que é 14ª Questão do debate**, ao consultor: Como
1653 vocês podem ter afirmado no EIA que cerca de noventa por cento dos entrevistados
1654 disseram ter conhecimento da implantação das PCHs, se somente agora a população
1655 começou a ser informada? **Com a palavra o Sr. José Carlos Chaves dos Santos,**
1656 **Diretor Técnico da Fibracon** respondeu que as entrevistas, na maioria delas, foram
1657 feitas a campo e nas propriedades atingidas diretamente pelo empreendimento, tanto na
1658 margem direita como na margem esquerda do rio Amambai, por isso talvez esse
1659 percentual. **Com a palavra o Sr. José Milton Longo, Diretor Técnico da Fibracon –**
1660 **Consultoria, Perícias e Projetos Ambientais**, complementou informando que têm
1661 esses resultados mesmo, que havia um questionário com muitas indagações, uma delas
1662 era se a pessoa sabia desse projeto de implantação. Noventa por cento disseram
1663 categoricamente que já conheciam, tinham conhecimento do assunto, não
1664 profundamente, mas a pergunta já dizia e na tabulação isso mostrou esse resultado.
1665 **Com a palavra o Sr. Geraldo S. Carvalho Júnior** informou dizendo que na sua



1666 propriedade ninguém foi entrevistado, que não está sabendo disso, e como eles falam, é
1667 da população, não foi falado ali que eram das pessoas em volta da represa. O que foi
1668 colocado no estudo tão sério é que noventa por cento da população de Amambai, de
1669 Juti, de Laguna já conheciam e já sabiam sobre a implantação dessas PCHs; e o que
1670 estão vendo é que somente agora o pessoal está conhecendo. **Com a palavra o Sr. José**
1671 **Milton Longo, Diretor Técnico da Fibracon – Consultoria, Perícias e Projetos**
1672 **Ambientais** lembrou que, esses noventa por cento, foi da população entrevistada e não
1673 a população total da cidade. **Com a palavra o Mediador, Sr. Pedro Mendes Neto,**
1674 **Assessor Jurídico do Imasul** passou para a 15ª. **Questão de Vânia Farias Giardulo,**
1675 **Professora do SENAI,** que estava presente perguntou ao consultor: São dois planos de
1676 manejo diferentes, embora o impacto seja de forma integrada. Existe a intenção de
1677 elaborar um estudo para contemplar os impactos de forma integrada? **Com a palavra o**
1678 **Sr. José Milton Longo, Diretor Técnico da Fibracon – Consultoria, Perícias e**
1679 **Projetos Ambientais** cumprimentando que, na verdade os estudos a campo já foram
1680 conduzidos de forma integrada. As avaliações de campo foram feitas simultaneamente
1681 considerando as três hidrelétricas. Nos EIA/RIMAS, embora os textos sejam muitos
1682 semelhantes por conta da similaridade da escrita mesmo, os dados diferem porque cada
1683 uma tem sua particularidade, mas foi considerada uma sinergia entre os impactos. **Com**
1684 **a palavra o Mediador, Sr. Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico do Imasul**
1685 perguntou ao autor se estava satisfeito com a resposta e ela disse que sim, o mesmo
1686 agradeceu e passou para a 16ª. **Questão de Ailton Salgado Rosendo, Vereador,** que
1687 estava presente e perguntou ao empreendedor: No Relatório do EIA/RIMA, não se
1688 preocupou com as avaliações: Ambiental Integrada (AAI) e com a Avaliação Ambiental
1689 Estratégica (AAE). Estas avaliações estão elencadas na Lei Federal nº. 6.938/81. Por
1690 que não contemplaram? A lei não precisa ser obedecida? Vejo uma lacuna preocupante.
1691 **Com a palavra a Sra. Lorétti Portofé de Mello, Gerente de Meio Ambiente da**
1692 **Omega Energia** respondeu que já foi abordado ali esse assunto, mas gostaria de
1693 mencionar que as avaliações ambientais integradas ou avaliações de bacia hidrográfica
1694 são conduzidas conforme determina a legislação pela empresa de pesquisa energética, a
1695 EPE que pertence ao Ministério de Minas e Energia. Ela mesma já participou de alguns
1696 estudos antes mesmo de integrar-se à equipe da Omega e da Sigma, participou de
1697 estudos nesse sentido na bacia do rio Uruguai. São estudos conduzidos ainda numa fase
1698 de planejamento dos empreendimentos em que se está analisando a bacia como um
1699 todo, onde buscam identificar as potencialidades, como o Sr. Alexandre explicou, de
1700 aproveitamentos na bacia como um todo. No caso, estão falando de duas pequenas
1701 centrais de hidroelétricas, que precisam ter em mente a escala do projeto. Não está ali
1702 falando de Belo Monte nem de Itaipu, são projetos, em termos de escala nacional; o
1703 Brasil é um país que tem uma potencialidade de aproveitamento hídrico muito grande;
1704 Estão falando de pequenas centrais hidroelétricas, o que não houve por parte da Epe
1705 uma iniciativa de realizar esses estudos até porque não caberia nessa escala fazer esse
1706 estudo, eles cumpriram sim com o que determinou o órgão licenciador o Imasul,
1707 fizeram um estudo como o Sr. Milton mencionou, fizeram um estudo integrado, nos
1708 estudos de impacto ambiental que foram feitos para os empreendimentos, os
1709 diagnósticos foram feitos abrangendo a área como um todo. Não foram diagnósticos
1710 particularizados para cada um dos empreendimentos, embora não tenha esse nome de



1711 avaliação de impacto integrada, os estudos, os diagnósticos foram feitos sim
1712 integradamente. Acha que é preciso ter em mente a escala do projeto e a
1713 responsabilidade da Epe na avaliação ambiental integrada e do empreendedor fazer
1714 EA/RIMA. Está cumprindo o seu papel, o requisito legal estabelecido pela legislação e
1715 pelo Imasul de elaborar os estudos referentes à escala do projeto que é o EIA/RIMA.
1716 **Com a palavra o Mediador, Sr. Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico do Imasul**
1717 perguntou ao autor se estava satisfeito com resposta e ele disse que queria se manifestar.
1718 **Com a palavra o Vereador Ailton Salgado** cumprimentando a todos disse que,
1719 conforme observou no Relatório, se preocupou muito porque o que está sendo
1720 debatendo hoje entre fazendeiros e população de Juti, Amambai e Caarapó, é a cidade
1721 de Amambai, a possibilidade da concretização de duas PCHs em torno desses
1722 municípios. Como disse na abertura da audiência que, mesmo com audiência ou sem
1723 audiência, tendo a licença, as PCHs serão construídas. Enquanto vereador se indagou o
1724 que está fazendo ali em uma audiência pública. Acha essa fala menos de encontro com
1725 audiência pública das pessoas que vieram participar, mas a partir do momento que eles
1726 identificam quais são os pontos negativos, a questão das árvores, a questão da flora, da
1727 fauna, dos impactos negativos; acredita que a lei 6938 de 81, eles deveriam apresentar
1728 também, não no senso comum, mas na cientificidade, o que será feito de diretrizes para
1729 evitar tais problemas. As árvores e os animais desaparecerão, mas, não ficar no senso
1730 comum, talvez façam isso, porque o que estão discutindo ali, e ele enquanto
1731 representante da população, uma coisa séria que os fazendeiros estão preocupados, que
1732 os povos indígenas estão preocupados e deveriam estar ali porque eles convivem com
1733 eles, estão nas universidades conjuntamente e são pessoas normais como qualquer um
1734 outro não indígena que está ali. Estão debatendo algo de suma importância e para ele a
1735 AAI e a avaliação ambiental interna e a estratégica deveriam sim estar dentro do
1736 Relatório feito. Finalizou dizendo que sente muito, mas, essa é a sua posição enquanto
1737 representante da população de Amambai. Agradeceu. **Com a palavra o Mediador, Sr.**
1738 **Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico do Imasul** passou para a 17ª. **Questão de**
1739 **Geraldo Souza Carvalho Júnior**, que estava presente e perguntou ao empreendedor:
1740 Quantos funcionários as duas hidrelétricas terão em Amambai quando estiverem em seu
1741 pleno funcionamento? **Com a palavra o Sr. Alexandre Oliveira, Gerente de**
1742 **Implantação da Sigma Energia S.A.** respondeu que a questão do número de
1743 funcionários durante a operação e manutenção depende da metodologia que adotarão,
1744 mas em geral, o número é em torno de quarenta, cinquenta funcionários, isso depende
1745 muito ainda da metodologia e até mesmo das condicionantes que terão durante a
1746 operação. **Com a palavra o Sr. Geraldo Carvalho** explicou que fez essa pergunta por
1747 que se colocam muitos efeitos positivos da implantação das PCHs, inclusive quanto a
1748 impostos e às vezes se esquecem de falar dos impostos que deixarão de ser arrecadados
1749 como os Icms sobre agricultura, uma área como essa de dois mil hectares poderia gerar
1750 cem mil sacos de soja, cento e sessenta mil sacos de milho; então são coisas que se
1751 devem levar em consideração. E exatamente em relação às pessoas foi uma das coisas
1752 que foram levantadas em Caarapó, então lá perguntaram quantos funcionários seriam
1753 utilizados lá em Caarapó. Então o vice-presidente disse cinquenta funcionários, e como
1754 é uma pessoa curiosa; procurou saber quantos funcionários que a empresa mantém em
1755 Cassilândia onde existem duas PCHs praticamente como a deles, e procura falar com o



1756 prefeito na prefeitura, falou com o prefeito, Sr. Carlos Augusto da Silva, e ele lhe
1757 informou que são vinte funcionários. Essas coisas que precisam ser colocadas com mais
1758 clareza para não deixar a população ficar caindo nesse canto da sereia imaginando
1759 tantos benefícios, então as coisas devem ser colocadas com clareza para não deixar a
1760 população ficar imaginando que vão ganhar muito, era isso. **Com a palavra o Sr.**
1761 **Alexandre Oliveira, Gerente de Implantação da Sigma Energia S.A.** fez uma
1762 reiteração, como falou o número de funcionários depende de como será regida a
1763 operação e manutenção, então às vezes poderá haver esse descompasso que foi
1764 configurado lá em Cassilândia, mas qualquer dúvida a esse respeito, se colocou a
1765 disposição para indagações. **Com a palavra o Mediador, Sr. Pedro Mendes Neto,**
1766 **Assessor Jurídico do Imasul passou para a 18ª. Questão de Bruno Martins,**
1767 **jornalista do Jornal A Gazeta,** que estava presente e perguntou ao empreendedor:
1768 Além do trabalho braçal, os cargos de autopoder aquisitivo serão preenchidos por
1769 trabalhadores de Amambai ou outras localidades, porque além de destruírem o rio
1770 estarão levando as grandes rendas para outros municípios. **Com a palavra o Sr.**
1771 **Alexandre Oliveira, Gerente de Implantação da Sigma Energia S.A.** respondeu que
1772 durante as construções do empreendimento geralmente fazem o máximo de contratações
1773 local possível e existem incentivos óbvios para isso. Contratando mão de obra local,
1774 diminuem o impacto do empreendimento para fazer um canteiro menor. Todos esses
1775 benefícios por contratar mão de obra local são visto de uma maneira muito óbvia para a
1776 eles, contratarão o máximo possível; mas eventualmente sim, acaba sendo necessário
1777 trazer mão de obra de fora quando não encontram a mão de obra com a especialidade
1778 necessária para aquele momento. Exatamente, para toda mão de obra que contratam,
1779 independentemente da posição, haverá treinamentos também, e isso durante a obra e até
1780 mesmo da parte para obedecer à legislação trabalhista, parte de segurança do trabalho,
1781 tudo isso ocorre, mas como falou, às vezes é necessário ter uma especialidade tão
1782 particular que terão que recorrer e trazer mão-de-obra de outro lugar. **Com a palavra o**
1783 **Mediador, Sr. Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico do Imasul** perguntou ao autor
1784 se ficou satisfeito com a resposta e ele disse que sim, o mesmo agradeceu e passou para
1785 a **19ª. Questão de Emerson Conti, agropecuarista,** que estava presente e perguntou ao
1786 empreendedor: Afluentes do rio Amambai como os rios Jaguari e Piratini também farão
1787 parte dos reservatórios, e as pontes que existem sobre eles, provavelmente serão
1788 encobertas pelas águas, serão construídas novas pontes? Quem irá construí-las? **Com a**
1789 **palavra o Sr. Alexandre Oliveira, Gerente de Implantação da Sigma Energia S.A.**
1790 respondeu que quando fazem análise do nível do reservatório, ou seja, até que ponto ele
1791 vai, levantam as estruturas como pontes, é um exemplo muito claro, e passagens d'água,
1792 tudo isso é levantado, toda passagem d'água que realmente não passar no critério, e
1793 usam geralmente o critério do Dnit, refarão, fica à custa do empreendedor. Para pontes
1794 verificarão o critério do Dnit para a distância que tem que existir entre o nível máximo
1795 do reservatório até a cota do tabuleiro, obedecendo a esse critério, não é necessário
1796 nenhuma intervenção, mas se não for obedecido o critério, certamente o empreendedor
1797 vai observar as medidas e fica a cargo dele. **Com a palavra o Mediador, Sr. Pedro**
1798 **Mendes Neto, Assessor Jurídico do Imasul** perguntou ao autor se ficou satisfeito com
1799 a resposta e ele disse que sim, o mesmo agradeceu e passou para a **20ª. Questão de**
1800 **Clenir F. de Ávila, estudante da Uems, que não estava presente** e que perguntou ao



1801 empreendedor: Que benefícios seriam suficientes para suprir o tamanho do dano que
1802 essas PCH's trarão ao nosso rio Amambai? Embora a todo instante está sendo dito que
1803 essa audiência é só para clarear qualquer dúvida, mas, que se for todos os itens positivos
1804 “ela será implantada de qualquer forma”. Penso que é muito dano, para poucos
1805 empregos e benefícios só mesmo a Sigma. **Porém a pergunta não foi lida, ficando**
1806 **prejudicada, mas, segue para ser anexada ao processo de licenciamento, e passou**
1807 **para a 21ª. Questão de Geraldo S. Carvalho Júnior, Agropecuarista,** que estava
1808 presente e perguntou ao consultor: A área de uma PCH não poderá ser superior a 1.300
1809 hectares. E possível se instalar duas PCHs uma em seguida da outra onde a soma dos
1810 reservatórios resulta em 2.000 hectares? **Com a palavra o Sr. José Milton Longo,**
1811 **Diretor Técnico da Fibracon – Consultoria, Perícias e Projetos Ambientais**
1812 respondeu que existe aquilo que já é determinado pela Aneel, ser enquadrado como
1813 PCH até 1.200 hectares passou de 1.200, até 1.300, pediu desculpas, passou disso, já se
1814 enquadra em outro registro com outro aproveitamento. Nesse caso, os licenciamentos
1815 são feitos separadamente, então cada PCH vai ter o status de PCH, por cumprir esses
1816 requisitos da ANEEL. **Com a palavra o Sr. Geraldo Carvalho, Agropecuarista** disse
1817 que gostaria de lembrar a todos, que quando foi instituído essa ideia de PCH,
1818 primeiramente as PCHs teriam que ter no máximo 3km², três quilômetros quadrados,
1819 que representam 300 hectares, depois passado algum tempo, se colocou uma regra de
1820 exceção, em que existe uma fórmula que é baseada na potência e nas alturas de jusante e
1821 montante, em que se permitiu que chegasse a no máximo 1300 hectares. Então a ideia
1822 das PCHs, quando fizeram 300 hectares, essa ideia depois de 1300, naturalmente, foi
1823 para proteger o meio ambiente, por isso que se coloca 1300 hectares, agora quando se
1824 usa de uma estratégia, para falar assim, uma estratégia de se colocar uma PCH e
1825 imediatamente outra PCH, então no seu modo de ver, isso está quebrando o paradigma
1826 de ter sido instituído 1300 hectares. É uma forma disfarçada no seu entender de se fazer
1827 uma potência maior, então, o que vai acontecer? É o que aconteceu nos estudos do
1828 EIA/RIMA que se colocou que os impactos ambientais serão potencializados e
1829 sinérgicos, serão muito piores, por que uma atrás da outra, serão piores, então para
1830 terem uma ideia, foi informado hoje, por uma pessoa deles, do RIMA, da Sigma que
1831 parece que haverão 38 km de extensão dos dois lagos juntos, não é isso? Quantos que
1832 será? 13 cada um, então, 26 metros, então é uma coisa muito longa, é isso que gostaria
1833 de ver se pode, como é que pode uma coisa dessas? Agradeceu. **Com a palavra o Sr.**
1834 **Alexandre Oliveira, Gerente de Implantação da Sigma Energia S.A.** respondeu que
1835 é, o projeto original, não é projeto básico e antes mesmo de fazerem a tratativa do
1836 EIA/RIMA, existia um estudo chamado inventário, no qual apresentou para Aneel,
1837 como empreendedor, diversas alternativas, verificando o potencial do rio e o que é isso?
1838 Ele vai desde a cabeceira do rio, até a sua foz do e faz diversas alternativas, verificando
1839 posições de barragem e níveis de reservatório que podem até ser o HS, quando passa de
1840 30 km², pediu desculpas e corrigiu são 13 km², então, em todas essas alternativas, às
1841 vezes o rio não tem potencial para terem uma OHE e isso foi verificado no caso do rio
1842 Amambai. Às vezes falam, poxa, mas se juntar potência, sim, mas lembram de quando
1843 ele estava ali explicando que faz o critério de índice econômico, mas também faz de
1844 índice ambiental e na hora que se faz um grande aproveitamento, uma barragem que vão
1845 até a foz e fazem uma barragem gigante, a área alagada é tão grande, tão grande, que é



1846 inviável construir esse empreendimento, que até mesmo no índice econômico ele
1847 perderá, porque a área alagada será tão demasiadamente grande, que ele será inviável
1848 em comparação a outros empreendimentos. Então essa é uma abordagem que já foi
1849 verificada no próprio inventário do rio, que está disponível na Aneel, e quem quiser é só
1850 entrar em contato com eles que pode estudar e verá que tem diversas alternativas que
1851 cobrem isso e quem aprova não é o empreendedor, é a Aneel que verifica a melhor
1852 partição de queda no entender dela para a União. **Com a palavra a Sra. Lorétti**
1853 **Portofé de Mello, Gerente de Meio Ambiente da Omega Energia** pediu para
1854 complementar com uma observação: Usualmente no processo de licenciamento de
1855 PCHs no Brasil, o estudo é bem mais simples, é um estudo ambiental preliminar, um
1856 estudo mais, menos complexo do que um EIA/RIMA. Usualmente os órgãos ambientais
1857 no Brasil, usam relatórios simplificados ou RS, nesse caso, por conta dessa sinergia
1858 entre os dois projetos, o Imasul teve um rigor de exigir um estudo mais complexo que é
1859 o EIA/RIMA e por isso como o Sr. Zé Milton falou elaboraram um estudo integrado e
1860 que não foram analisados impactos individualmente de cada empreendimento, e sim do
1861 seu conjunto. Então, acha que isso dá conta da sua ansiedade, da sua preocupação de
1862 que na verdade se são dois empreendimentos localizados, eles devem ser analisados em
1863 conjunto e foi o que aconteceu por meio de um estudo mais complexo do que o RS,
1864 perguntou se estava correto ao Sr. Pedro e a lógica do órgão licenciador foi essa. **Com a**
1865 **palavra o Mediador, Sr. Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico do Imasul**
1866 perguntou ao autor se ficou satisfeito com a resposta e ele disse que sim, o mesmo
1867 agradeceu e passou para a **22ª. Questão de Bruno Martins, Jornalista, do Jornal A**
1868 **Gazeta**, que não ficou esclarecido se estava ou não presente e cuja questão foi lida e
1869 perguntou: Qual o tempo estimado para a liberação do IMASUL, isso por que Amambai
1870 sofre com dois problemas provenientes do órgão; a liberação do frigorífico e do
1871 cemitério municipal, sendo que ambos aguardam liberação há mais de dois anos e caso
1872 a hidroelétrica tenha uma liberação em menor tempo, seria um tanto curioso. **O Sr.**
1873 **Pedro** disse que se trata de um comentário que talvez seja não tem destinatário e talvez
1874 seja como disse anteriormente, o Estado não pode abordar a questão. Vai para o
1875 processo, que se quiser, conversam fora do âmbito da audiência. Sobre a questão de
1876 prazos, são de responsabilidade do Estado e não dos empreendedores em estipular.
1877 Passou para a **23ª. Questão de Cleber A. Benites, Vigilante da Uems, que não estava**
1878 **presente** e perguntou ao consultor: Quais as garantias que o preço da energia será
1879 tarifado na região. Sabendo-se que a Empresa geradora de energia vende essa energia
1880 para o Governo e o órgão governamental se encarrega de distribuir a energia. Já foi
1881 acordado através de algum documento? **Porém a pergunta não foi lida, ficando**
1882 **prejudicada, mas, segue para ser anexada ao processo de licenciamento, e passou**
1883 **para a 24ª. Questão de Irenides Aparecida Palmeira, Universitária, que não estava**
1884 **presente**, e perguntou ao empreendedor: Como podemos ter certeza que esta energia vai
1885 ficar aqui, e que garantia que vai abaixar o valor da energia aqui na região? **Porém a**
1886 **pergunta não foi lida, ficando prejudicada, mas, segue para ser anexada ao**
1887 **processo de licenciamento, e passou para a 25ª. Questão de Odil Puques, Secretário**
1888 **de Administração, da Prefeitura de Amambai**, que estava presente e perguntou ao
1889 empreendedor: Tendo em vista que o empreendimento é privado, quem será o
1890 responsável pelos danos causados sobre pontes e estradas? **Com a palavra o Sr.**



1891 **Alexandre Oliveira, Gerente de Implantação da Sigma Energia S.A.** respondeu que
1892 antes mesmo da construção do empreendimento, sendo verificado o impacto em alguma
1893 estrutura pública o empreendedor assume a manutenção ou até mesmo a reparação do
1894 dano, na verdade a intenção não é nem fazer com que ocorra o dano, intervirão, antes
1895 mesmo disso acontecer. Então se for necessário fazer um alteamento de ponte ou então
1896 até mesmo a demolição da ponte e a reconstrução de uma ponte, sim, é por conta e risco
1897 do empreendedor. **Com a palavra o Mediador, Sr. Pedro Mendes Neto, Assessor**
1898 **Jurídico do Imasul** perguntou ao autor se ficou satisfeito com a resposta e ele disse que
1899 sim, o mesmo agradeceu e passou para a **26ª. Questão de Ailton Salgado, Vereador,**
1900 que estava presente e perguntou ao empreendedor: Não observei no EIA/RIMA a
1901 utilização dos estudos contidos no Diagnóstico Ambiental rio Amambai, estudos estes
1902 realizados por técnicos do Ministério Público Estadual. Por que não o utilizou: O
1903 empreendimento capitalista da empresa está acima dos estudos do Ministério Público, a
1904 fim de deixá-lo à margem do EIA/RIMA, explique? Antes de passar para a resposta, o
1905 **Sr. Pedro** observou que esta é para o empreendedor, mas em relação ao estudo, seria
1906 ideal que a consultoria complementasse, por que não se observou que o estudo
1907 ambiental do rio Amambai realizado pelo Ministério Público, não foi citado ou não está
1908 presente no EIA/RIMA. **Com a palavra o Sr. José Milton Longo, Diretor Técnico da**
1909 **Fibracon – Consultoria, Perícias e Projetos Ambientais** respondeu que, primeiro
1910 ignoravam que existia esse acordo com o Ministério Público, porque começaram os
1911 estudos no ano de 2011 e só foram descobrir que havia esse estudo do rio Amambai em
1912 2013, no final de 2013 quase 2014, somente por isso não foi referenciado nos estudos.
1913 **Com a palavra o Sr. Ailton Salgado** disse que isso para ele, prova mais uma vez, que,
1914 se eles começaram os estudos ali em 2011 e só foi descobrir que tinha um diagnóstico
1915 feito pelo Ministério Público Estadual de Amambai com seus técnicos, um estudo tão
1916 longo que a própria promotora hoje entregou ali, veem até o volume, eles provam assim,
1917 que será que eles além de desconhecer esse diagnóstico, se realmente conhecem a
1918 cidade de Amambai e que o povo de Amambai quer o próprio rio Amambai e o que tem
1919 de vantajoso na vinda das PCHs para o município, enfim, por que mostra um
1920 desconhecimento de um trabalho tão rico que poderia os auxiliar, que eles em tantas
1921 coisas, e eles lhe falam que só tiveram conhecimento no ano de 2013, isso prova para
1922 ele que talvez não conheçam a fundo o próprio município de Amambai. **Com a palavra**
1923 **a Sra. Lorétti Portofé de Mello, Gerente de Meio Ambiente da Omega Energia**
1924 respondeu que gostaria de fazer um comentário. Acha que essa sua observação é muito
1925 pertinente no sentido de que reforça o objetivo da presente reunião. Acha que estão ali
1926 para esclarecer sobre o projeto e para ouvir da comunidade, da população local os seus
1927 anseios, as suas preocupações, as suas dúvidas e as suas contribuições no sentido de
1928 aperfeiçoar os estudos. Estão numa fase de licença prévia do empreendimento, depois,
1929 antes do início do empreendimento propriamente dito, terão uma longa fase de
1930 aperfeiçoamento e aprofundamento dos estudos. Com certeza, se tiverem falhas, por que
1931 não têm a pretensão de ter um estudo que seja perfeito, sabem que o método científico
1932 sempre pode ser aprofundado, aperfeiçoado, esses estudos podem e serão aperfeiçoados.
1933 Farão isso numa fase, nos estudos chamados plano básico ambiental que é o
1934 detalhamento de todas as concepções de programas e medidas mitigadoras e
1935 compensatórias que foram apresentadas no EIA/RIMA. Farão o detalhamento disso



1936 tudo no Plano Básico Ambiental - Pba, que será submetido ao órgão licenciador e só
1937 então será emitida a licença de instalação. Então, são sim muito bem vindas
1938 contribuições, para aperfeiçoar os estudos, e certamente a partir do momento em que
1939 receberam o Estudo do Ministério Público, com certeza irão considerar essas
1940 informações que para eles são novas, e que melhorarão o estudo, que vão melhorar a
1941 qualidade do trabalho, agradeceu a manifestação e deixaram registrado que com certeza
1942 considerarão esses estudos, Finalizou agradecendo. **Com a palavra o Mediador, Sr.**
1943 **Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico do Imasul** passou para a **27ª. Questão de**
1944 **Rosi Santos, Assessora Parlamentar, que não estava presente** e perguntou ao
1945 empreendedor: No EIA/RIMA foram apontados os seguintes pontos negativos: Perda do
1946 solo agricultável; erosão; alteração do regime fluvial; Perda do habitat da fauna local;
1947 modificação da pesca atual. E nos pontos positivos preocupam-se em elencar apenas
1948 ganhos econômicos. Qual a importância maior os pontos negativos ou positivos?
1949 Justifiquem. ? **Porém a pergunta não foi lida, ficando prejudicada,** mas, segue para
1950 ser anexada ao processo de licenciamento, e passou para a **28ª. Questão de Azor de**
1951 **Assis, Comerciante, da Associação Comercial,** que estava presente e perguntou ao
1952 empreendedor: Benefícios para o município em impostos e em divisas, geração de
1953 emprego para trabalhadores de Amambai? E mais ou menos quantos? E esses empregos
1954 serão gerados somente na construção? Quais os benefícios de logística para Amambai?
1955 **Com a palavra o Sr. Alexandre Oliveira, Gerente de Implantação da Sigma**
1956 **Energia S.A** respondeu que os impostos que o empreendimento vai recolher são os
1957 impostos previstos em lei, seja estadual, federal e municipal, que vão do ISS com a
1958 aplicação da alíquota local, até mesmo Icms, Ipi, Pis, Cofins, todos os impostos, não há
1959 de nenhuma parte, por parte do empreendedor negligência por conta disso. Então acha
1960 que se colocarem aquela tabela depois, deixa aberto ali. Ela exemplifica a metodologia
1961 do cálculo dos impostos. Quanto aos empregos, bem, durante a obra, os empregos que
1962 serão formados e destacados, são empregos temporários que serão durante o período de
1963 obra, após o período de obra, essa mão-de-obra, provavelmente vai ser realocada, ela é
1964 dispensada, e ai sim, será contratado mão de obra para operação da usina.
1965 Eventualmente pode ser que mão de obra daquela que se destaca pode ser utilizada
1966 durante a operação, mas momentos distintos, durante a construção são cerca de 200
1967 empregos diretos e durante a operação preveem 40 a 50 empregos. **Com a palavra a**
1968 **Srta. Karen Cardoso, Engenheira de Desenvolvimento da Omega Energia**
1969 **Renovada S.A.** disse, complementando, também que tem a questão do comércio, que
1970 tem o slide, que fala que em outras obras que já tiveram, houve um aumento
1971 significativo na hotelaria, nos serviços, igual o Alexandre estava dando um exemplo da
1972 padaria, então não é só a geração de emprego, tem toda uma infraestrutura da cidade.
1973 **Com a palavra o Mediador, Sr. Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico do Imasul**
1974 perguntou ao autor se ficou satisfeito com a resposta e ele respondeu que sim, o mesmo
1975 agradeceu e passou para a **29ª. Questão de Jayme J. Schneider, Biólogo e**
1976 **Empresário, Cerrado Brasil Ltda.,** que estava presente e perguntou ao empreendedor:
1977 Qual será a solução de engenharia para garantir o fluxo de sedimentos após o
1978 barramento dos corpos hídricos? **Com a palavra o Sr. Alexandre Oliveira, Gerente**
1979 **de Implantação da Sigma Energia S.A.** respondeu que fazem estudos
1980 sedimentológicos, então durante os monitoramentos, verificarão os índices de



1981 sedimentos e quais são esses índices. Calculando a velocidade do rio, durante os
1982 períodos do ano e o tipo de sedimento, cada um tem seu peso, verificam o tempo de
1983 vida útil do reservatório. Se esse tempo de vida útil, às vezes for. Geralmente ele aponta
1984 por um tempo descomunal, às vezes mais de cem anos, 500 anos, 1000 anos, tendo em
1985 vista os sedimentos que ali serão depositados, não há necessidade de nenhuma medida.
1986 Caso haja esses sedimentos, aí sim, geralmente colocam uma comporta de fundo, é uma
1987 solução supertradicional em termos de engenharia, fica basicamente na base da
1988 barragem, e do lado do vertedouro, e ela é aberta em certos períodos para se esvaír os
1989 sedimentos que ali estão. **Com a palavra o Mediador, Sr. Pedro Mendes Neto,**
1990 **Assessor Jurídico do Imasul** perguntou ao autor se ficou satisfeito com a resposta e o
1991 mesmo disse que queria se manifestar. **Com a palavra o Sr. Jayme J. Schneider,**
1992 **Biólogo e Empresário, Cerrado Brasil Ltda.,** respondeu que a consideração é
1993 meramente do ponto de vista negocial, não está se considerando as comunidades que
1994 existe a jusante, no caso de comunidades planctônicas, enfim toda a comunidade
1995 limnológica que existe, não consegue verificar a lógica de não considerar isso. Têm em
1996 exemplos no mundo de córregos que sofrem que deve saber mais do que ele no caso da
1997 usina, aquela famosa, dos Estados Unidos, lá no rio Colorado, tudo que ocorreu no rio
1998 colorado após a não verificação dessa questão dos sedimentos, é, são locais distintos,
1999 mas se tem isso como algo emblemático. **Com a palavra o Sr. Alexandre Oliveira,**
2000 **Gerente de Implantação da Sigma Energia S.A.** respondeu que o monitoramento
2001 verifica também não só a questão de sedimentos, mas também de qualidade da água e
2002 isso é verificado durante não só de maneira prévia, mas durante a obra e até mesmo pós-
2003 obra e tudo isso tem intuito de verificar o impacto do empreendimento e saber se é
2004 necessário. Hoje o empreendimento não necessita de comporta de fundo para poder
2005 fazer a conectividade dos sedimentos, não encontraram indícios através do material
2006 coletado. **Com a palavra o Mediador, Sr. Pedro Mendes Neto, Assessor Jurídico do**
2007 **Imasul** passou para a 30^a. **Questão de João Carlos Lima das Chagas, Militar e**
2008 **Estudante, Exército Brasileiro/Uems/Unisul,** que estava presente e perguntou ao
2009 empreendedor: Entendi que hoje não existe uma proteção ambiental eficiente ao Rio
2010 Amambai, (ele está poluído), e aos peixes e anfíbios do rio; com a implantação das
2011 PCHs a situação do rio, peixes e anfíbios, melhorará ou piorará? **Com a palavra a Sra.**
2012 **Lorétti Portofé de Mello, Gerente de Meio Ambiente da Omega Energia** respondeu
2013 que o que sabem hoje, o diagnóstico demonstrou é que a despeito de haver muitas áreas
2014 que têm cobertura vegetal marginal hoje no rio Amambai, existem muitas áreas também
2015 que estão desprovidas de vegetação. Essas áreas que estão desprovidas de vegetação
2016 fazem com que a biota aquática e mesmo a biota terrestre nas margens do rio, seja
2017 prejudicada. O projeto fará com que a após a implantação do reservatório tenha uma
2018 faixa marginal com vegetação, é uma obrigação legal, farão a revegetação das margens,
2019 de modo a poder garantir que todo esse carreamento de substâncias, desse processo
2020 erosivo que acontece em função da agricultura, seja minimizado e possa se contemplar
2021 uma proteção maior da biota aquática e terrestre na margem do reservatório.
2022 Obviamente que isso não acontecerá de um dia para o outro, é um processo que levará
2023 tempo, mas que se projeta uma melhoria na condição ambiental na medida em que terão
2024 toda a margem do reservatório, com vegetação, diferentemente de hoje em que tem
2025 alguns setores em que não tem vegetação, que a intenção deles é que a vegetação



2026 proteja, faça sua função de melhorar a água e a biota aquática e aquela no lago, e
2027 perguntou ao Sr. João Carlos se estava satisfeito e ele disse que sim, a mesma finalizou
2028 agradecendo. **Com a palavra o Mediador, Sr. Pedro Mendes Neto, Assessor**
2029 **Jurídico do Imasul** passou para a **31ª. Questão de Geraldo S. Carvalho Júnior,**
2030 **Agropecuário, que não estava presente** e perguntou ao empreendedor: O que vai
2031 representar a energia destas 2 primeiras PCH's previstas dentro do total de energia que é
2032 produzida no Brasil? **Porém a pergunta não foi lida, ficando prejudicada, mas,**
2033 **segue para ser anexada ao processo de licenciamento, e passou para a 32ª. Questão**
2034 **de Roberto Carvalho, Agropecuarista, que não estava presente** e perguntou ao
2035 consultor: Quais impactos ambientais os animais e aves sofrerão com a construção das
2036 barragens? **Porém a pergunta não foi lida, ficando prejudicada, mas, segue para ser**
2037 **anexada ao processo de licenciamento,** e passou para a **33ª. Questão de Antônio**
2038 **Brida, Produtor, que não estava presente** e perguntou ao empreendedor: Qual a
2039 solução para o projeto Água Mineral? **Porém a pergunta não foi lida, ficando**
2040 **prejudicada, mas, segue para ser anexada ao processo de licenciamento,** e não
2041 havendo outras perguntas, se encaminhou para o encerramento da audiência,
2042 antecipando um agradecimento muito especial a todos que permaneceram até o final, a
2043 qualidade das perguntas que foram dirigidas à mesa, que muito contribuirão com a
2044 avaliação que será feita pela equipe multidisciplinar do Imasul, dentro do procedimento.
2045 Garantiu que como foi falado ao senhor promotor, os documentos que lhes foram
2046 apresentados serão imediatamente apresentados à diretoria do Imasul, para as
2047 providências cabíveis. Agradeceu a cordialidade e a prontidão das respostas emitidas
2048 tanto pela equipe da empresa, quanto a equipe da consultoria da Sigma, o pessoal da
2049 Sigma e da Fibra. Agradeceu a presença do seu gerente de desenvolvimento que esteve
2050 numa reunião bastante produtiva, ali no município de Iguatemi, com os prefeitos da
2051 região no período da tarde e se dispôs a estar com eles, à noite, acompanhando esse
2052 trabalho. Agradeceu mais uma vez a equipe do cerimonial que sempre desenvolve com
2053 presteza e atenção a condução e os cuidados para com todos que venham participar das
2054 audiências e em nome do Secretário de Estado de Meio Ambiente declarou encerrada a
2055 presente audiência pública desejando que cada um possa voltar aos seus lares com a
2056 proteção de Deus, enfatizando o agradecimento, desejando uma boa noite a todos. Eu,
2057 Marli Jussara Mense, Técnica Ambiental do Imasul/Semac dou por encerrada a presente
2058 ata, lavrada e assinada por mim.